

RODRIGO MAYER

Os Partidos como organizações: um estudo comparado do PSDB & PT

CURITIBA, 2011.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**RODRIGO MAYER**

Os Partidos como organizações: um estudo comparado do PSDB & PT

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Departamento de Ciências Sociais, Setor Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Luciana Fernandes Veiga

**CURITIBA - 2011**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**RODRIGO MAYER**

Os Partidos como organizações: um estudo comparado do PSDB & PT

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Ciência Política, Setor Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Comissão Julgadora:

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Fernandes Veiga (orientadora)**

**Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFPR.**

**Prof. Dr. Adriano Codato (UFPR)**

**Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFPR.**

**Prof. Dr. Ricardo Costa (UFPR)**

**Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFPR.**

**Curitiba, 28 de fevereiro de 2011.**

Catálogo na publicação

Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985

Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Mayer, Rodrigo

Os partidos como organizações: um estudo comparado do  
PSDB & PT / Rodrigo Mayer. – Curitiba, 2011.

86 f.

Orientadora: Profª. Drª. Luciana Fernandes Veiga

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Setor de Ciências  
Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Partidos políticos - Organização – Brasil. 2. Partido dos  
Trabalhadores (Brasil) – Organização. 3. Partido da Social

Democracia Brasileira – Organização. I. Título.

CDD 324.20981

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço minha a minha mãe Adelina Ricardo Mayer pelo apoio e incentivo me dado em todos os momentos da minha vida.

Agradeço também a professora doutora Luciana Veiga pela orientação, pelos conselhos me dados, pela paciência e incentivo. Foi uma honra contar com a sua orientação.

Agradeço ao meu irmão Rafael Ricardo Mayer pelo apoio e pela amizade.

Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro, sem o qual este trabalho não seria possível.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

## SUMÁRIO

1.Introdução.....	1
2. Partidos Políticos: Bases e tipologias partidárias.....	4
2.1 A visão clássica dos partidos políticos.....	5
2.1.1 A importância do estudo do tipo originário na visão clássica.....	5
2.1.2 Os elementos de base dos partidos.....	7
2.1.3 A diferenciação dos partidos a partir do seu grau de institucionalização.....	10
2.2 A visão contemporânea.....	12
2.3 Tipologias partidárias.....	14
2.3.1 Partidos de quadros.....	15
2.3.2 Partido de massas.....	16
2.3.3 Partidos <i>Catch-all</i> .....	17
2.3.4 Partidos Cartel.....	18
2.3.5 Tipologias partidárias comparadas.....	19
2.4 A literatura acerca dos partidos brasileiros.....	21
2.4.1 A visão Pessimista.....	22
2.4.2 Visão Otimista.....	23
3. Tipo Originário: PSDB e PT.....	25
3.1 O Tipo Originário do PT: fundado a partir dos movimentos sociais.....	25
3.2 O Tipo Originário do PSDB: Fundado a partir de cisão parlamentar.....	28
3.3 Origens PT e PSDB: Diferenças e semelhanças originárias.....	31
4. A Legislação partidária brasileira.....	35
4.1 A Legislação de 1979 a 1994.....	35
4.2 A Lei Orgânica dos Partidos Políticos atual.....	37
5. A comparação através do grau de articulação geral.....	39
5.1Notas Metodológicas.....	39
5.2Organização Partidária Geral.....	43
5.3 Organismos de base.....	48
5.4 Articulação geral.....	55
5.5 Função partidária.....	58
Considerações Finais.....	66
Referências Bibliográficas.....	69
Documentos Consultados e entrevistas.....	74
Anexos.....	75

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo comparado acerca das organizações internas do Partido dos Trabalhadores e do Partido da Social Democracia Brasileira a partir do conceito de articulação geral. Este conceito diz respeito à complexidade organizativa das organizações partidárias, com estas podendo promover ou não uma maior participação de seus membros em seu interior. Para além deste conceito, nos utilizamos de bibliografias contemporâneas sobre partidos políticos com objetivo de examinar a influência das regulações estatais sobre eles, principalmente a lei orgânica dos partidos políticos, e os recursos distribuídos pelo Estado para eles. Como forma de concretizar este trabalho realizamos uma pesquisa exploratória através das técnicas de análise de conteúdo de documentos partidários e de entrevistas em profundidade com lideranças partidárias de ambas as legendas. Pretendemos mostrar com este trabalho que o PT e o PSDB possuem organizações diferentes devido à influência do seu tipo originário, porém, também há aproximações entre eles devido a legislação partidária e a forma de obtenção de recursos junto ao Estado.

Palavras-chave: Organização interna. Partidos políticos. PSDB. PT.

## ABSTRACT

This paper aims to conduct a comparative study about the internal organization of the Workers Party and the Party of Brazilian Social Democracy from the concept of general articulation. This concept refers to the organizational complexity of party organizations, with these or not being able to promote greater participation of its members inside. In addition to this concept, we use the bibliographies on contemporary political parties in order to examine the influence of state regulations on them, especially the organic law on political parties, and the resources allocated by the state for them. As a means to carry out this work through an exploratory techniques of content analysis of party documents and interviews with party leaders of both legends. We intend to show with this work that the PT and the PSDB have different organizations because of the influence of its kind from, but there are also similarities between them because the party law and how to obtain funds from the state.

Key-words: Internal organization. Parties politics. PSDB. PT.

## 1. Introdução

O Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) surgiram em momentos distintos do processo de redemocratização brasileira no final da década de 1970 e no decorrer da década seguinte. Ao longo de suas histórias ambos se consolidaram entre os maiores partidos nacionais, polarizando as eleições presidenciais desde 1994 e possuindo ao longo do tempo um quadro expressivo de parlamentares, prefeitos e governadores. Este trabalho tem como principal objetivo comparar suas organizações internas a partir da operacionalização do conceito de articulação geral de Maurice Duverger. O objetivo secundário consiste na análise dos efeitos que a legislação partidária e os benefícios estatais exercem sobre os partidos que pode vir a causar uma aproximação entre as legendas.

O surgimento do PT se insere no contexto da abertura do regime militar através da volta do pluripartidarismo em 1979 e o período de sua formação possui grande importância para entendermos muitos aspectos de sua organização ao longo de seu desenvolvimento.

O Partido dos Trabalhadores foi formado com o objetivo de representar segmentos da sociedade que se encontravam sub-representados na arena política, no caso os trabalhadores e membros de movimentos populares e sociais. Sua origem se encontra ligada aos movimentos sindicais contestatórios do ABC paulista da década de 1970. Apesar da grande presença de sindicalistas em seu interior, o partido em formação também contou com a presença de outros grupos para a sua formação como as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB's), movimentos sociais diversos – entre estes movimentos podemos destacar os movimentos de negros, mulheres – e grupos de esquerda. A formação do PT foi, portanto, uma estratégia destes grupos para terem suas demandas atendidas após perceberem o esgotamento das negociações em seus respectivos campos.

A origem do PSDB está ligada aos momentos finais do processo de transição ao regime democrático, mais precisamente ao período dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) em 1988. A sua formação se deu a partir de uma cisão do PMDB que naquele momento era o maior partido da ANC através de divergências de seus membros sobre as votações do partido e a sua própria direção. Seus quadros iniciais foram recrutados dentro do Congresso Nacional e em outros grupos peemedebistas. A sua origem também pode ser considerada como uma estratégia de seus membros com maior capital político em construir uma organização que viabiliza a sua participação em eleições majoritárias. A formação do PSDB é explicada, portanto, por duas correntes: uma que foca nas

divergências de seus membros com a direção do seu antigo partido e outra que a considera como uma estratégia de seus membros para disputas eleitorais.

A partir do seu modelo genético têm-se que ambos os partidos deveriam se organizar de maneiras opostas, porém há aproximações entre eles. Pretendemos aqui compreender o porquê dessa aproximação e deste distanciamento entre as duas legendas. Para responder essa questão analisamos seus estatutos e também foram realizadas entrevistas em profundidade com dirigentes como forma de compreender a sua estrutura nacional.

O próximo capítulo irá apresentar o referencial teórico. Este tem como base a corrente clássica sobre os partidos políticos, que os examina a partir de suas relações com suas bases. Nesta vertente, podemos classificar o PSDB como um partido de quadros e o PT como um partido de massas de Duverger por causa de sua origem interna e externa ao parlamento, respectivamente devido aos seus modelos originários. Além da influência de seus tipos originários iremos ver as influências dos seus processos de consolidação sobre suas estruturas a partir de seu grau de institucionalização. Para além dessa corrente iremos recorrer a uma vertente contemporânea que foca na relação crescente que os partidos possuem com os governos a partir da diminuição de funções representativas, essa visão busca complementar a corrente clássica. Também iremos realizar nesse capítulo uma breve discussão sobre algumas tipologias partidárias com intuito de classificar o PT e o PSDB no fim do trabalho, esta discussão é relevante pois nos auxilia na compreensão de possíveis mudanças no seu interior, através de alterações nas funções partidárias ao longo do tempo. Uma discussão sobre os partidos brasileiros apresentando duas visões sobre eles, a primeira apontando suas fraquezas organizacionais e a segunda mostrando que os partidos nacionais possuem sim, força e coesão entre seus membros.

A origem dos dois partidos e a análise sobre elas será apresentada no capítulo 2. O tipo originário para a vertente clássica é fundamental para explicar como os partidos são estruturados e como eles constroem seus canais de interação com as suas bases.

O Capítulo 3 realiza uma discussão acerca da legislação partidária que regulou o período do retorno do pluripartidarismo até 1995 e a que a substituiu. Essa análise é necessária devido à fundação dos dois partidos serem anterior a reforma e suas estruturas guardarem muitos aspectos dessa legislação e também por ambas definirem importantes canais de recursos aos partidos.

A análise comparativa dos dois partidos será realizada no Capítulo 4 através da adaptação do conceito de articulação geral de Maurice Duverger. A comparação entre as duas legendas mostra dois partidos com uma base organizativa comum, mas com complexidades diferentes entre elas.

Procuraremos com esse trabalho sustentar ou refutar a seguinte hipótese: O PT e o PSDB distanciam suas estruturas internas a partir das primeiras escolhas de seus fundadores e aproximam as mesmas pela necessidade de obtenção de recursos para seu funcionamento a partir de suas relações com o Estado.

## 2. Partidos Políticos: Bases e tipologias partidárias

As referências teóricas nesse capítulo apresentarão a discussão acerca dos partidos políticos na bibliografia como forma de justificar e dar embasamento teórico ao estudo comparativo acerca do PT e do PSDB.

Como referencial iremos focar principalmente em duas correntes do estudo partidário. A que chamaremos de visão clássica trata principalmente das relações que os partidos políticos tem com a sua base a partir de sua estrutura. Como principais autores, destacamos Robert Michels<sup>1</sup>, Maurice Duverger e Ângelo Panebianco.

Chamaremos de visão contemporânea a vertente que trata da transformação dos partidos políticos através de sua aproximação com o Estado devido aos recursos – principalmente financeiros e de pessoal<sup>2</sup> – que este oferece.

As duas correntes nos auxiliam neste estudo comparativo, no sentido que a visão clássica compreende a forma organizativa dos partidos políticos e como suas diversas instâncias interagem entre si e com os agentes que a compõe. A contemporânea na análise dos processos de transformação que irá causar um fortalecimento de suas partes nos governos para a sobrevivência da organização.

Para além desse referencial, também, iremos realizar uma discussão sobre algumas das principais tipologias partidárias. Essa discussão se torna relevante no sentido que as tipologias levam em consideração focos importantes da atuação dos partidos na sua construção<sup>3</sup>, aspectos como: importância da participação das bases ou de seus grupos parlamentares, a importância das eleições para sua organização, sua forma organizativa, etc.

No final do capítulo iremos apresentar uma discussão sobre os partidos brasileiros com foco no debate sobre sua força organizacional, apresentando duas correntes de pensamento sobre eles.

---

<sup>1</sup> Apesar de sua relevância, não iremos utilizar o trabalho de Michels como base de nossa análise, nos concentraremos nos trabalhos de Duverger e Panebianco devido ao aspecto comparativo deste trabalho.

<sup>2</sup>Mair, 1994.

<sup>3</sup>Wolinetz, 2002.

## 2.1 A visão clássica dos partidos políticos

A vertente clássica constitui uma das primeiras áreas de estudo que a ciência política se ocupou, sendo o seminal trabalho de Robert Michels “*Sociologia dos partidos políticos*” de grande importância para a consolidação da disciplina<sup>4</sup>. Em seu estudo sobre o Partido Social Democrata Alemão (SPD), o autor nos mostra a importância que as primeiras escolhas possuem para o desenvolvimento partidário, visão que seria compartilhada por Ângelo Panebianco quase setenta anos depois e que permanece atual até hoje, praticamente cem anos após a publicação de seu trabalho<sup>5</sup>.

Essa corrente não se resume apenas a análise do processo fundacional, mas principalmente as relações que estes estabelecem com suas bases e como eles se organizam, com o foco organizacional sendo desenvolvido, além de Michels (1982), com grande maestria por Maurice Duverger ao publicar em 1951 “*Os Partidos Políticos*”.

Nesse subcapítulo iremos trabalhar três fatores presentes na obra de dois dos autores clássicos (Duverger e Panebianco): a influência que o tipo originário tem para a estruturação e desenvolvimento dos partidos (presente na obra dos dois autores), a sua diferenciação a partir de suas estruturas, mais precisamente a partir de sua articulação geral (presente na obra de Duverger) e o seu grau de institucionalização (conceito trabalhado por Panebianco).

### 2.1.1 A importância do estudo do tipo originário na visão clássica

Para Duverger (1980), a forma como as organizações partidárias surgem influencia a sua organização<sup>6</sup> e o seu desenvolvimento. Os partidos para o autor surgem basicamente de duas formas:

A primeira é típica dos regimes censitários do século XIX e início do século XX seria dentro dos parlamentos através de uniões ou cisões de grupos parlamentares. Esse tipo de

---

<sup>4</sup>Seiler, 2000.

<sup>5</sup>Panebianco (2005) assim como Michels (1982) argumenta que as primeiras escolhas são importantes para o desenvolvimento da organização. Para o autor, elas não são substituídas, mas adaptadas às novas exigências que os partidos enfrentam. A manutenção dos objetivos iniciais, atua na manutenção da identidade coletiva da organização e na ocultação da distribuição de incentivos seletivos para seus membros.

<sup>6</sup>Panebianco (2005) concorda com o autor francês ao afirmar que os objetivos iniciais definidos pelos dirigentes partidários são fundamentais para a consolidação e desenvolvimento dos partidos.

formação para o cientista político francês traz uma organização fraca e baseada em seus líderes.

O segundo tipo surge externamente através da expansão do sufrágio universal no início do século passado e busca a partir de uma organização forte recrutar e formar politicamente as massas recém-entradas na arena política.

Apesar de importante, a tipologia de partidos externos e internos se mostra insuficiente para Panebianco (2005). Para o autor italiano ela responde em parte a questão da influência do tipo originário, pois partidos de origem interna podem ter mais características de partidos externos do que as de seu tipo genético. Para solucionar esse problema, ele propõe uma expansão do clássico conceito de Duverger (1980) ao definir três fatores originários interligados que irão influenciar o desenvolvimento organizativo:

- 1) Origem por penetração ou difusão territorial<sup>7</sup>: A origem por penetração territorial ocorre quando o partido surge a partir de um centro e a partir dele se expande para outras localidades. A origem por difusão, ao contrário, ocorre através da união de diversos grupos – e de regiões diferentes – que se unem formando o todo partidário. No primeiro tipo, há a formação de um centro coeso que estabelece a identidade partidária e sua organização. Já no segundo, devido ao tipo originário há a existência de conflitos intra-partidários pelo controle da organização.
- 2) Presença ou ausência de uma organização patrocinadora: A ocorrência desse tipo originário está ligada na formação do partido como braço político de uma organização externa ao parlamento.
- 3) Presença ou ausência de liderança carismática: Se há formação ou não em torno de uma liderança. Se sim, acarreta na formação de um partido fraco organizacionalmente e com baixa institucionalização, pois não há fortalecimento organizativo devido às aspirações da liderança<sup>8</sup>.

Esses três aspectos de origem partidária se relacionam entre si, produzindo diversos tipos de partidos com diferentes graus de institucionalização, sendo a maior parte dos partidos formados por penetração territorial, sem a formação em torno de liderança carismática e sem uma entidade patrocinadora<sup>9</sup>.

As formas como os partidos se originam, portanto, são fundamentais para os dois autores clássicos, com ambos estabelecendo critérios para diferenciação dos partidos

---

<sup>7</sup>Pode ocorrer um tipo misto de formação com a formação de organizações locais que futuramente se unem em uma organização nacional (Panebianco, 2005, p.95).

<sup>8</sup>Panebianco, 2005, p.124.

<sup>9</sup>No caso dos partidos formados como braço político de uma organização externa e/ou ao redor de uma liderança carismática, pode ocorrer um não fortalecimento partidário devido a interesses particulares desses agentes (Panebianco, 2005).

dependendo do sentido de sua formação. Essa discussão será importante para nosso trabalho quando discutiremos a legislação partidária brasileira e o grau de articulação geral de ambas as legendas.

### **2.1.2 Os elementos de base dos partidos**

A importância dos elementos de base para a organização partidária é trabalhada por Maurice Duverger. Para o autor, as organizações partidárias são formadas por uma pluralidade de grupos interligados ao redor do país que se unem formando o todo partidário, entre estes componentes, o cientista político francês identifica quatro grandes tipos<sup>10</sup> sobre os quais a maioria dos partidos se organiza:

**Comitês:** Constituem o tipo antigo de organização partidária, cuja principal função é organizar o partido para a disputa eleitoral. Há participação de um número restrito de membros – sendo em sua maioria membros ilustres – com suas atividades se restringindo ao período eleitoral<sup>11</sup>.

**Seções:** É o tipo moderno de organização partidária<sup>12</sup>, sua principal função reside na formação política dos quadros partidários e no contínuo crescimento do partido, diferentemente dos comitês, a célula não é um grupo restrito, com ampla participação de membros e funcionamento permanente.

**Células:** É o principal organismo de base dos partidos comunistas, sua organização reside na questão geográfica e/ou profissional de seus membros. Assim como os comitês, o seu número de membros é restrito – não ultrapassando vinte indivíduos – e como as seções, possui função de recrutar membros. Como novidade entre suas funções, podemos destacar o seu papel de instrumento de propaganda partidária e uma maior interação entre seus membros.

Apesar de serem apresentados de forma separada, esses organismos coexistem dentro dos partidos – principalmente as seções e os comitês, com as células não sendo um tipo tão comum de organização partidária – com um deles exercendo predominância sobre os demais órgãos. O desenho institucional seria, portanto, piramidal com os comitês

---

<sup>10</sup>Não iremos tratar de partidos fundados em milícias, pois este é um tipo de organização típica dos partidos fascistas e de regimes autoritários.

<sup>11</sup>Fora dos períodos eleitorais há uma diminuição das atividades no interior dos comitês, sendo mantidas apenas aquelas fundamentais para sua sobrevivência (Duverger, 1980).

<sup>12</sup>Duverger (1980) considera que os partidos socialistas constituem o tipo moderno de partido ao buscarem recrutar e treinar seus quadros entre as massas que estão adentrando na arena política, ao contrário dos antigos partidos que eram apenas organizações semi-permanentes com objetivos eleitorais.

ocupando o topo e as células a base da pirâmide, porém, pode ocorrer a não existência de células, com os partidos sendo organizados apenas com base nos comitês e nas seções<sup>13</sup>.

A coexistência desses órgãos está presente nos diversos tipos de partidos – de quadros e de massas – devido a sua não existência em estado puro, com ambos tendo características comuns, por exemplo, nos partidos de massas há a existência do comitê no interior da seção, atuando como órgão dirigente. Nos partidos de quadros também temos a existência de organismos que buscam o crescimento<sup>14</sup> e treinamento dos membros.

A forma como esses organismos se ligam uns aos outros é denominada por Duverger (1980) como articulação geral e é a partir de seus diferentes graus é que os partidos são comparados.

Uma articulação forte está relacionada com a complexidade organizativa, ou seja, quanto mais complexo o partido se torna, mais ele necessita fortalecer a articulação entre seus órgãos e também com a predominância de um dos organismos de base sobre os demais. Os partidos baseados em comitês são os mais fracamente articulados<sup>15</sup>, diferentemente dos partidos com as células sendo o organismo dominante que possuem a maior força da articulação<sup>16</sup>, as seções se encontram entre eles, mas não possuem força média, mas sim, uma forte articulação devida, a estrutura organizativa possuída pelos partidos baseados nelas para enquadrar as massas.

Na análise de Duverger (1980), as características dos partidos de massas e de quadros irão exercer grande influência sobre a definição de uma organização mais centralizada ou descentralizada. Com os partidos externos sendo mais centralizados devido a sua necessidade de coordenação de seus quadros e atividades. Já os internos por serem formados dentro dos parlamentos e com o objetivo prioritariamente eleitoral irão descentralizar suas atividades fornecendo a seus membros autonomia de atuação para atingir esse fim. As características desses dois tipos serão trabalhadas mais adiante neste capítulo.

Em sua análise o cientista político francês argumenta que existem diversos tipos de centralização e de descentralização, onde ele destaca dois tipos de centralização e quatro de descentralização conforme o quadro abaixo:

---

<sup>13</sup> Nesta forma de organização teríamos também uma estrutura hierarquizada, com os comitês ocupando o papel de principal organismo partidário.

<sup>14</sup> Em número de membros.

<sup>15</sup> Uma articulação fraca resulta da baixa participação dos membros nos órgãos partidários.

<sup>16</sup> A articulação forte é resultado de uma grande participação dos membros na vida partidária.

Tipo de centralização/descentralização	Principal característica
Centralização autocrática	Decisões a partir da cúpula sem consulta as bases.
Centralização democrática	Ampla consulta as bases antes da decisão do centro.
Descentralização estatal <sup>17</sup>	Estrutura partidária influenciada pelo formato estatal.
Descentralização ideológica <sup>18</sup>	Frações e tendências <sup>19</sup> possuem liberdade de ação.
Descentralização local	Pouca ação do centro sobre a periferia, com os dirigentes locais possuindo autonomia de ação.
Descentralização social <sup>20</sup>	Organização autônoma dos grupos econômicos e sociais.

QUADRO 1– TIPOS DE CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

Fonte: Adaptado de Duverger (1980).

Entre os principais tipos de descentralização, o mais comum é a local. Nesse tipo, as instâncias locais possuem autonomia de atuação com o centro pouco interferindo na sua ação. Como resultado, temos partidos nos quais as instâncias locais dominam o todo e pouco coesos.

Em relação às centralizações, as diferenças residem no papel do centro partidário. Na autocrática, as decisões são tomadas exclusivamente pela cúpula, sem consulta as bases e aplicadas pelos demais órgãos. Já o centralismo democrático, prevê que haja discussões com as bases antes das decisões serem tomadas e a partir dessas discussões as ações são aplicadas – com o encerramento da questão. Neste caso, há necessidade de forte coordenação do centro para as medidas serem aplicadas na forma em que foram definidas.

A comparação entre os partidos como argumenta Duverger (1980) deve ser a partir de suas estruturas, para isso o autor formula os conceitos trabalhados nesse subcapítulo para operacionalizar sua análise. Nós utilizaremos desses conceitos para realizarmos nosso estudo comparativo entre o PT e o PSDB. Por causa da diferença entre os países – o estudo do autor teve como base os partidos franceses –, iremos nos basear em sua teoria, adaptando alguns pontos as características dos partidos brasileiros.

<sup>17</sup>Este tipo de descentralização está presente em Estados federados, como a Suíça, por exemplo (Duverger, 1980).

<sup>18</sup>Devido à liberdade de ação dos grupos organizados em seu interior, esse tipo de descentralização pode causar cisões no interior dos partidos.

<sup>19</sup>As tendências são unidades no interior dos partidos que se formam a partir de atitudes de seus membros. Já as frações são grupos organizados que podem atrair outros grupos ao seu redor. Basicamente temos dois tipos de frações: as de poder (que buscam cargos) e ideológicas (Sartori, 1982).

<sup>20</sup>Esse tipo de descentralização ocorre apenas nos partidos indiretos. Os partidos indiretos são formados como braço político de outras organizações, com seus membros ligados a organização patrocinadora e não ao partido.

### 2.1.3 A diferenciação dos partidos a partir do seu grau de institucionalização

A institucionalização é a fase onde as organizações partidárias incorporam os objetivos iniciais e passam de um sistema de solidariedade para um sistema natural<sup>21</sup>. Nessa fase os objetivos iniciais dos partidos não são abandonados, mas sim articulados, pois a sobrevivência da organização torna-se o principal objetivo, os principais fatores que atuam sobre esse período são a história organizativa (o passado do partido<sup>22</sup>) e as relações que este estabelece com outras organizações.

Para que ocorra a institucionalização há a necessidade de distribuição de incentivos coletivos (identidade) e de incentivos seletivos (cargos, status).

A distribuição de incentivos coletivos ocorre principalmente para dois grupos: os militantes do partido e os eleitores, e possui como objetivo a criação de identidade coletiva do partido e também a definição do “território de caça” da organização, ou seja, o espectro político (grupos) que são representados pela legenda.

A distribuição de incentivos seletivos atua como forma de garantir a sobrevivência do partido, para que isso ocorra o partido distribui cargos a seus membros e estabelece regras para seleção e recrutamento de seus quadros<sup>23</sup>.

A distribuição do primeiro tipo de incentivos ocorre basicamente para militantes e filiados – e em menor escala para os eleitores – e atua na construção da identidade organizativa junto a esses atores. O segundo tipo, é entre seus membros com objetivo de construção de seu quadro de funcionários e dirigentes. A distribuição dos incentivos é para o autor a causa da institucionalização, através do que o autor denomina de “desenvolvimentos de interesses para manutenção da organização e de lealdades organizativas difusas<sup>24</sup>”. No primeiro desenvolvimento os interesses são construídos através da distribuição de incentivos coletivos para seus membros, com eles buscando a realização de objetivos comuns e devido aos incentivos coletivos há a formação de lealdades organizativas entre eles. No caso das lealdades difusas, a sua distribuição está ligada à sobrevivência do partido – em consolidação – ao construir seus quadros e atuar no recrutamento das elites

---

<sup>21</sup>No sistema natural os objetivos da organização são articulados e a sobrevivência da mesma passa a ser prioridade. A distribuição de incentivos seletivos se torna importante para a manutenção da organização. Os incentivos seletivos são basicamente de dois tipos: status e materiais. E a partir deles ocorre a profissionalização dos quadros partidários, pois é a partir da sua distribuição que estes são recrutados. O sistema natural possui ainda como característica a estratégia de adaptação ao ambiente e restrição da marcha de manobra dos líderes (Panebianco, 2005).

<sup>22</sup>Os partidos não são imutáveis, suas organizações sofrem influências externas e internas e se adaptam a essas influências, podendo modificar a sua estrutura (Panebianco, 2005).

<sup>23</sup>Panebianco, 2005.

<sup>24</sup>Idem, 2005.

partidárias, nessa fase, portanto, há a construção do corpo partidário. Essa etapa se bem sucedida irá gerar uma alteração nos objetivos iniciais, com eles sendo incorporados e não sendo mais o motivo de existência da organização, mas sim a sua sobrevivência.

A diferenciação entre os partidos deve ser, para o autor, a partir de seu grau de institucionalização conforme argumenta:

“Todos os partidos devem se institucionalizar numa certa medida para sobreviver, mas enquanto em alguns casos o processo gera instituições *fortes*, em outros gera instituições fracas. Disso decorre a hipótese, central no meu entendimento, de que os partidos se diferenciam principalmente pelo grau de institucionalização alcançado (...).” (Panebianco, 2005:103).

Segundo o autor, o processo de institucionalização depende de diversos fatores – com a forma originária e a relação que eles possuem com o ambiente, sendo os principais – e através das formas com que os partidos atravessam essa etapa é possível medir a força com que eles se institucionalizam. Como forma de medir o autor sugere dois indicadores:

- 1) Grau de autonomia em relação ao ambiente: Os partidos interagem com o ambiente em uma relação de trocas, retirando dessas relações recursos importantes para sua sobrevivência – como recursos financeiros, de pessoal, etc. – e dão em troca recursos produzidos em seu interior. Quando a institucionalização é forte, o partido domina a obtenção desses recursos, tendo pouca influência de outras organizações.
- 2) Grau de sistemicidade ou de interdependência entre suas partes: Trata da coerência das partes hierarquicamente identidades dos partidos, ou seja, se há diferenças entre as instâncias do mesmo nível. Uma institucionalização forte produzirá uma estrutura homogenia com a existência de um centro forte que coordenará as ações partidárias<sup>25</sup>. Uma fraca institucionalização, ao contrário, irá gerar uma organização onde as subunidades possuem autonomia de ação e um centro fraco, com suas decisões sendo frutos de negociações<sup>26</sup>.

Neste trabalho utilizamos o conceito de institucionalização como complementar ao de articulação geral. Isso ocorre pela relação que ele possui com o formulado por Duverger

---

<sup>25</sup>Um alto grau de sistemicidade pode vir a causar problemas para a organização, visto que problemas que atinjam uma das partes afetam o todo partidário (Panebianco, 2005).

<sup>26</sup>Um baixo grau de sistemicidade causa partidos federados, onde suas partes constituem-se como sistemas independentes do centro. No caso de crises em alguma delas, ela não é sentida pelas demais (Panebianco, 2005).

(1980) ao tratar de como o processo de consolidação dos partidos irá afetar a relação deste com a base e os locais que eles obtêm os recursos necessários para a sua sobrevivência.

## 2.2 A visão contemporânea

A visão contemporânea trata principalmente das mudanças ocorridas nos partidos políticos no quarto final do século XX, com eles se distanciando da sociedade e se aproximando cada vez mais do aparelho governativo e estatal. Entre os diversos autores dessa corrente, destacamos os trabalhos de Peter Mair e de Russell Dalton.

O processo de distanciamento é trabalhado por diversos autores<sup>27</sup> e aponta basicamente para a falência dos partidos de massas devido à perda de sua capacidade de atração da população para seu interior<sup>28</sup> e o declínio de suas funções representativas.

Os partidos perdem a sua representatividade ao se aproximarem do organismo governamental, mas os fatores para esse fenômeno não estão presentes apenas nos fatores endógenos, mas também em fatores exógenos, como o desenvolvimento dos meios de comunicação de massas, aumento do nível educacional da população<sup>29</sup> e a ocupação de suas funções representativas por outros agentes, como grupos de interesses e ONG's<sup>30</sup>. Outro fator apontado é a diminuição das diferenças ideológicas entre os partidos, eles ao compartilharem eleitores e adotarem estratégias semelhantes nas campanhas eleitorais se aproximam cada vez mais uns dos outros no olhar da população<sup>31</sup>.

Essa transformação é estudada por Mair (1994) com o autor argumentando que os partidos passam do modelo de massas, onde atuavam como representantes de segmentos da sociedade para um modelo onde eles se tornam independentes e dessa independência para um novo modelo onde eles se encontram ligados ao Estado, mais precisamente aos recursos estatais que se tornam fundamentais para a sua sobrevivência<sup>32</sup>. Como consequência dessa transformação, temos a dependência deles dos recursos estatais. O autor aponta cinco que são fundamentais para os partidos:

- 1) Comunicação: A imprensa partidária dependia da compra de espaço nos meios de comunicação ou da negociação com jornais para atingir seu público. A partir

---

<sup>27</sup> Dalton, 2000; Katz e Mair, 1994; Mair, 1994, 2003; Manin, 1995; Wolinetz, 1990.

<sup>28</sup> Mair, 2003.

<sup>29</sup> Dalton (2000) argumenta que o aumento do nível educacional da população diminui a importância dos partidos no papel de fornecedores de informação.

<sup>30</sup> Dalton, 2000; Mair, 2003.

<sup>31</sup> Farrel e Webb, 2000; Mair, 1994; Wolinetz, 1990.

<sup>32</sup> O Estado é importante não apenas como fonte de recursos, mas também conferem legitimidade aos partidos e estes atuam como elementos de ligação entre a população e os governos (Mair, 1994).

de sua aproximação com os governos, à publicidade partidária passa a ser regulada por leis que minimizam os custos fornecendo espaço para os partidos nos meios de comunicação.

- 2) Pessoal: O Estado providencia aos partidos funcionários para auxiliá-los em suas tarefas.
- 3) Finanças: Com o aumento dos custos das campanhas eleitorais, há uma mudança na modalidade de financiamento dos partidos, com eles buscando cada vez mais os recursos estatais (diretos e indiretos) para financiar suas atividades em detrimento do financiamento a partir de seus filiados.
- 4) Obediência a regulações estatais: Suas atividades – e sua organização – passam a ser regulados através de leis e regulamentos estatais, porém, essa regulação pode se mostrar apenas aparente, pois são os próprios partidos fazem as leis e as regulações<sup>33</sup>.
- 5) Patronagem<sup>34</sup>: Consiste na troca de cargos nos governos por apoio no Legislativo.

A partir dessas mudanças causadas pela dependência que eles possuem dos recursos estatais, Mair (1994, 2003) argumenta que há uma mudança no centro de gravidade dos partidos com ele passando do centro para sua parte nos governos e nos parlamentos, onde temos suas funções tradicionais diminuídas e o fortalecimento de suas funções processuais. As consequências, além da mudança no centro de gravidade são: o enfraquecimento do centro da organização, a queda da identidade partidária e a identificação da população com as suas partes no governo e no parlamento ao invés de seu centro<sup>35</sup>.

Outro importante trabalho importante sobre o tema é realizado por Russel Dalton (2000). O autor argumenta que há uma diminuição dos laços entre os partidos e a população a partir de mudanças sociais, como o aumento de sua informação política e do surgimento de outros grupos que ocupam as funções de comunicação que política que antes eram controladas pelos partidos. Essa situação causa uma diminuição da atração dos partidos para entrada de novos membros e da participação em seu interior.

Os estudos de Mair (1994, 2003) tratam basicamente das mudanças ocorridas nos partidos de democracias estáveis e com partidos institucionalizados junto à sociedade, não abrangendo em seus estudos as democracias recentes, Van Biezen (1998) ao estudar

---

<sup>33</sup>Panebianco (2005) considera a obediência às regulações estatais como uma coerção institucional, ou seja, são fatores que influenciam as estruturas dos partidos. Elas atuam de duas formas: a) diretamente através de regulações sobre seu funcionamento e; b) indiretamente a partir da influência que o modelo estatal (centralizado ou descentralizado) exercerá sobre eles.

<sup>34</sup>Para maiores informações consultar Santos, 2003.

<sup>35</sup>Dalton, 2000; Mair, 2003.

democracias recentes – principalmente as do leste europeu – parte da hipótese de que as partes dos partidos políticos nos governos exercem predominância sobre o seu escritório central, devido a três fatores:

- 1) Origem institucional e não societal: A sua fundação se deu a partir de seu surgimento dentro dos parlamentos e não através de estratificações sociais, ou seja, a sua criação de cima para baixo os aproxima mais das funções processuais do que das representativas.
- 2) Criação recente: devido a sua criação próxima as primeiras eleições – um pouco antes ou depois – eles possuem uma preponderância recente em suas histórias, fortalecendo a sua vertente eleitoral em relação a sua base.
- 3) Articulação direta com o eleitorado: Por causa dos fatores acima citados, os partidos nessas democracias possuem dificuldades em se tornarem canais de representação de grupos sociais.

Apesar de não conseguir provar as suas hipóteses – em parte devido à falta de dados – a autora aponta para um ponto fundamental que é a grande influência da sua função governativa em sua estrutura interna devido a sua gênese ligada ao Estado, o causando a diminuição de seus canais junto à sociedade para obtenção dos recursos necessários para sua sobrevivência com dependência dos recursos estatais para a sua sobrevivência – principalmente os recursos financeiros.

A visão contemporânea, portanto, estuda os processos de transformação que os partidos atravessaram a partir do quarto final do século XX com a diminuição de suas funções representativas e o aumento de suas funções processuais, muito por causa da crescente dependência dos recursos distribuídos pelos governos. Ela será utilizada no sentido de vermos como os recursos estatais influenciam a organização dos dois partidos.

### **2.3 Tipologias partidárias**

A literatura sobre partidos políticos é rica em termos de classificação. Eles podem ser classificados a partir de suas características organizacionais, eleitorais ou outras dependendo do olhar do pesquisador<sup>36</sup>.

Neste subcapítulo iremos focar a discussão em torno de quatro tipologias partidárias (quadros, massas, *catch-all*, cartel) e após a apresentação de suas características iremos fazer um comparativo entre elas, discutindo suas semelhanças e diferenças. Isto nos será

---

<sup>36</sup>Wolinetz, 2002.

útil no sentido de comparar os dois partidos, observando quais características dessas tipologias se encontram presentes em suas estruturas e atividades.

### 2.3.1 Partidos de quadros

Os partidos de quadros constituíram o tipo de formação partidária dominante durante o período de restrições e limitações ao sufrágio – no século XIX e início do século XIX – e com o sistema eleitoral baseado na propriedade, não possibilitando o crescimento dos partidos<sup>37</sup>. Eles são assim definidos por Duverger (1980):

“Trata-se de reunir pessoas ilustres, para preparar eleições, conduzi-las e manter contato com os candidatos. Pessoas influentes, de início, cujo nome, prestígio ou brilho servirão de caução ao candidato e lhe garantirão votos: a seguir, pessoas ilustres como técnicos, que conhecem a arte de manejar os eleitores e de organizar uma campanha; enfim, pessoas notáveis financeiramente que contribuem com o fator essencial: o dinheiro” (Duverger, 1980: 100).

Como destaca o autor, nos partidos de quadros nós temos principalmente a participação de membros que contribuam para a organização e financiamento das campanhas eleitorais, com pouca contribuição do centro partidário nesse quesito, ou seja, esse tipo de partido busca atrair para seus quadros, principalmente, dois tipos de membros: a) membros que financiem as próprias campanhas eleitorais e; b) membros que através de seu conhecimento técnico ajudem na organização da principal atividade desse tipo de partido, as eleições.

Entre suas principais características temos a sua fraqueza organizacional, que ocorre pelo fato desse tipo de partido ser formado basicamente por grupos parlamentares que se unem em torno de questões eleitorais com seus membros possuindo poucas afinidades ideológicas. Esse domínio parlamentar sobre a organização produzirá um partido descentralizado, com autonomia de sua ação e pouca interferência do centro sobre questões locais<sup>38</sup>.

Os partidos de quadros, portanto, são partidos fundados no período de restrição ao sufrágio universal cuja organização se torna visível apenas nos período eleitorais – nos

---

<sup>37</sup>Bolleyer, 2009; Duverger, 1980, 1990; MacPherson, 1978; Manin, 1995.

<sup>38</sup>Duverger, 1980.

outros períodos há uma diminuição de suas atividades, com elas se restringindo apenas a sua manutenção/sobrevivência –, seu principal organismo de base é o comitê e seus membros são cooptados a partir de seus atributos – financeiros ou técnicos.

### **2.3.2 Partido de massas**

A expansão do sufrágio produziu o surgimento de um novo tipo de partidos, que busca enquadrar – e treinar – as massas recém-entradas no jogo político. Maurice Duverger os define da seguinte forma:

“os partidos de massas correspondem aos partidos alicerçados nas seções, mais centralizados e mais fortemente articulados” (Duverger, 1980: 106).

A tipologia de massas foi criada tendo como base os partidos socialistas franceses do início do século XX. Esse tipo de partido buscava enquadrar o máximo possível de membros em seu interior e possuía a necessidade de uma organização forte que possibilitasse esse tipo de atuação, como suas principais características o autor nos diz que:

“os partidos de massas caracterizam-se pela atração que exercem sobre o público: um público pagante, que permite à campanha eleitoral escapar às servidões capitalistas, junto a um público que ouve e que age, que recebe uma educação política e aprende o meio de intervir na vida do Estado” (Duverger, 1980: 100).

Os partidos de massas focam sua ação no aumento de seu tamanho, essa estratégia é fundamental para a sua sobrevivência, pois o financiamento eleitoral não é mais função dos candidatos, mas sim de todos os membros do partido, dito com outras palavras, o partido passa a depender do financiamento não de um pequeno grupo que contribui com um grande montante, mas de pequenos montantes de um número extenso de membros. Outro foco passa a ser a formação política de seus quadros. Os seus membros passam a ser treinados para as funções partidárias e também politicamente, sendo esse o principal foco da organização – e não as eleições.

A diferenciação entre os dois modelos (quadros e massas) é realizado a partir de suas estruturas<sup>39</sup>. Com o modelo de massas sendo mais organizacionalmente complexo – sobretudo por causa de uma pluralidade maior de funções – que o modelo de quadros, porém, o autor ressalta que os modelos dividem alguns organismos de base, com os comitês – que são à base do modelo interno – continuando a existir no interior das seções, em uma função diretiva de suas atividades. A existência de seções nos partidos de quadros que atuam no recrutamento de membros, a bem verdade, o autor argumenta que existem poucos partidos que focam seu recrutamento apenas entre as elites.

### **2.3.3 Partidos *Catch-all***

A formulação da tipologia *catch-all* está ligada ao processo de transformação que os partidos de massas<sup>40</sup> atravessaram no decorrer do século XX<sup>41</sup>. Esse processo para Panebianco (2005) se deu a partir de cinco aspectos: 1) Perda ideológica: com as campanhas centrando em temas gerais; 2) Maior influência dos grupos de interesse sobre o partido; 3) Diminuição do papel representativo e aumento dos aspectos processuais; 4) Fortalecimento do poder dos líderes partidários e; 5) Enfraquecimento dos laços com o eleitorado.

A mudança, portanto, é a junção de diversos fatores onde se destacam a diminuição das funções representativas, evidenciada com o aumento do poder dos grupos de influência sobre a organização e a diminuição do papel dos membros, com poucos participando da vida partidária e concentrando cada vez mais poder em seus dirigentes<sup>42</sup>. A transformação não foi apenas dos partidos de massas, mas também dos partidos de quadros, estes apesar do predomínio do outro modelo, continuaram a existir, porém, com dificuldades de negociar com outros partidos devido à baixa representatividade de suas organizações e com a diminuição das funções representativas e aumento das processuais, esses partidos ganham novamente força ao se transformarem em *catch-all*<sup>43</sup>.

Como consequências dessa modificação têm o aumento de tensões intraorganizativas que resultam da disputa entre as frações partidárias, principalmente entre aquelas que defendem os objetivos iniciais sob os quais a organização se fundou e aqueles

---

<sup>39</sup>Duverger, 1980, 1990.

<sup>40</sup>Nem todos os partidos se transformaram em *catch-all*, alguns preferiram continuar a defender interesses de grupos específicos (Wolinetz, 2002).

<sup>41</sup>Um dos fatores dessa transformação foi à diminuição do treinamento ideológicos dos membros em nome do sucesso eleitoral (Wolinetz, 2002).

<sup>42</sup>Kirchheimer, 1990.

<sup>43</sup>Idem, 1990.

que recém adentraram nela e buscam aumentar o leque de representatividade em busca de sucesso eleitoral<sup>44</sup>. Outra importante decorrência é resultado da perda ideológica, essa irá causar uma aproximação entre as legendas, confundindo a população e trazendo dificuldade para diferenciar os partidos, pois, eles ao compartilharem eleitores eles também compartilham estratégias se aproximando cada vez mais uns dos outros.

O modelo *catch-all* surge a partir de estratégias de maximização de ganhos eleitorais por parte dos partidos políticos que abrem suas organizações a diversos grupos e passam a copiar estratégias bem sucedidas de seus concorrentes, fazendo com que eles passem a se parecer uns com os outros causando dificuldades para diferenciá-los. As principais implicações são uma crescente perda ideológica, aumento da permeabilidade organizativa e o foco direcionado para as eleições e não mais para a representação de interesses de grupos específicos.

### 2.3.4 Partidos Cartel

A tipologia de partidos cartel, assim como a anterior, foca na crescente importância que o ganho de eleições passa a ter dentro das estruturas partidárias.

Esse modelo acentua as características da tipologia *catch-all*<sup>45</sup>, ao considerar que os partidos passam de funções representativas para funções processuais, sendo que as primeiras passam a ser exercidas por outros atores da sociedade civil, com as organizações partidárias focando sua atuação na arena governativa. Diferentemente da tipologia criada por Kirchheimer (1990), essa tipologia não tem nas eleições a sua principal atividade, mas sim na ocupação de cargos nos governos.

A denominação cartel diz respeito ao processo de controle da entrada de novos partidos na arena governativa<sup>46</sup>. Hopkin (2002) argumenta que essa regulação ocorre a partir de um acordo entre as organizações partidárias buscando minimizar os custos que o afastamento da sociedade trouxe para eles – como o aumento da volatilidade eleitoral – e assim dividir os recursos estatais.

Como principais características se destacam a sua fraqueza organizacional que é resultado da perda da importância dos filiados em seu interior e sua substituição por agências de consultoria e profissional ligada as campanhas eleitorais<sup>47</sup>. Essa diminuição da

---

<sup>44</sup>Bolleyer, 2009; Wolinetz, 2002.

<sup>45</sup>Idem, 2009.

<sup>46</sup>Hopkin, 2002; Katz e Mair, 2009; Mair, 1994, 2003; Van Biezen, 1998.

<sup>47</sup>As campanhas eleitorais sofrem uma grande mudança com o surgimento das novas tecnologias de comunicação – televisão e internet – com a diminuição de seu teor ideológico, o direcionamento

importância ocorre para Mair (1994) devido a dois fatores: 1) Os partidos dependem cada vez menos das contribuições dos filiados para a sua sobrevivência, com o financiamento dos membros sendo substituído pelo financiamento estatal e de grupos de interesse e; 2) Uma mudança no centro de gravidade partidário em direção a sua parte no governo e/ou parlamento com esta exercendo controle sobre a forma como ele é organizado. Apesar dessa diminuição de seu poder, os filiados continuam a ter um papel de destaque ao legitimar as decisões da cúpula e ao selecionar delegados para às Convenções ou votar diretamente nelas.

Na tipologia cartel devido à heterogeneidade há a produção de uma organização instável e com baixa coesão interna, porém, seus conflitos internos são menos intensos do que no modelo *catch-all*, pois os conflitos não se encontram mais no interior de seu centro, mas sim entre seus líderes e parlamentares. A participação de seus membros diminui em detrimento do suporte eleitoral fornecido pelas agências de consultoria e de grupos profissionais.

### **2.3.5 Tipologias partidárias comparadas**

As tipologias aqui apresentadas buscam analisar partidos em diferentes fases do seu desenvolvimento ao longo da história com os partidos de quadros sendo o primeiro tipo de formação partidária e o cartel uma dentre as atuais configurações partidárias. O que não podemos esquecer que os modelos não sucedem uns aos outros, mas sim são transformações que alguns partidos sofrem e essa mudança é seguida por outros partidos – principalmente quando traz sucesso eleitoral –, portanto, a dominância de um modelo sobre o sistema não acarreta a extinção de partidos que “pertencem” a outras tipologias.

Na criação de tipologias partidárias o enfoque reside sobre algumas das áreas em que eles atuam, seja sua estrutura interna, as suas características eleitorais, questões de representatividade, etc., ou seja, a classificação depende do olhar do pesquisador sobre os partidos. No decorrer desse capítulo, o foco delas se encontrava na sua forma organizacional – principalmente as duas primeiras apresentadas – e o papel do ganho eleitoral em seu interior, com as duas últimas dando maior relevância nesse ponto. O quadro abaixo faz um comparativo entre suas principais características:

---

do foco nas lideranças partidárias, grande presença de profissionais e a adaptação das campanhas a recepção da audiência (Farrel e Webb, 2000; Scarrow, 2000).

Tipologia	Representação	Grupo dominante	Força do centro partidário	Número de membros	Objetivo Principal
Quadros	Pequena	Parlamentar	Fraco	Pequeno	Ganho de eleições
Massas	Pequena	Dirigente	Forte	Grande	Crescimento
<i>Catch-all</i>	Média	Conflituosa	Instável	Grande	Ganho de eleições
Cartel	Grande	Governo	Fraco	Em declínio	Ocupação de cargos

QUADRO 2 – TIPOLOGIAS PARTIDÁRIAS

Fonte: Elaboração do autor com base no referencial teórico.

A partir do quadro acima, nota-se que houve um aumento da representação dos partidos ao longo dos tempos, com eles buscando representar inicialmente uma pequena parcela da população, ou utilizando a terminologia de Panebianco (2005), os partidos ao se constituírem definem inicialmente os seus “territórios de caça”, ou seja, os grupos que buscam inicialmente representar e que é o foco de sua atuação. No desenvolvimento das tipologias partidárias ao longo da história, vemos que nas duas últimas trabalhadas há o aumento desses grupos, com as legendas não buscando mais se identificar com apenas poucos segmentos da sociedade, mas atingir um grande espectro representativo. Como nossa – breve – explanação demonstrou, esse aumento é por causa da orientação mais processual que os partidos assumem a partir do século XX e o aumento da importância de ganhar as eleições e ocupar cargos para a sua sobrevivência.

A maior permeabilidade das estruturas partidárias também irá causar transformações nos grupos dominantes das organizações. Inicialmente com o modelo de quadros, nós temos um domínio estritamente parlamentar sobre as demais partes, isso se deve ao fato de que esse tipo partidário nada mais era do que as uniões de diversos grupos parlamentares nos partidos de massas têm o crescimento e o domínio do poder dos dirigentes, sendo esses responsáveis pela organização do partido. Esse domínio se torna instável na tipologia *catch-all*, onde há fortes divergências em seu interior, com parte defendendo a expansão eleitoral e outra defendendo os princípios da organização. No cartel esse conflito diminui, com o domínio do grupo nos governos, que se dá principalmente pela necessidade do financiamento por parte do Estado para garantir a sua sobrevivência.

Há um movimento cíclico em relação à quantidade de membros no interior dos partidos e da força de seu centro partidário. No primeiro caso, as primeiras formações partidárias, não há incentivos para a filiação, mas sim, a cooptação por parte dos grupos parlamentares de membros em potencial que possam contribuir para a organização e financiamento das campanhas. A partir da entrada de grupos outrora não representados na

arena política, os partidos de massa passam a treiná-los e a dar-lhes formação política, substituindo o financiamento de poucos membros pelo de um número expressivo de filiados, que contribuem também para a manutenção das atividades partidárias. Nos dois últimos modelos aqui trabalhados (*catch-all* e cartel) temos o declínio da quantidade de filiados e de suas atividades, esse declínio é explicado pela orientação que esses partidos possuem (ganho eleitorais e obtenção de cargos), causando perdas de identificação com seus membros e a diminuição de sua importância para a manutenção partidária. No segundo caso vemos que nos partidos de quadros e cartel, o centro partidário é fraco devido ao domínio de grupos que se orientam a partir de interesses parlamentares e de ocupação de cargos, não havendo incentivos para fortalecimento da participação no interior do centro. Nos casos dos partidos de massas e *catch-all* o centro possui grande força no modelo de massas, ao coordenar todas as atividades, inclusive exercendo controle sobre as atividades parlamentares e governativas, no caso da tipologia *catch-all* há diminuição desse poder devido ao conflito entre os grupos em seu interior com suas orientações distintas, porém, não é possível auferir o tamanho dessa perda, com ela variando em cada caso.

Por fim, na questão dos objetivos principais dos partidos vemos que eles dizem respeito à forma como os partidos buscam sobreviver na arena política. No caso dos partidos de quadros e *catch-all* o ganho de eleições constitui a principal fonte de sobrevivência a partir dos benefícios – sobretudo financeiros – que lhes são distribuídos com consequência de seu desempenho eleitoral. No cartel, o ganho de eleições passa a ser secundário e a busca de benefícios estatais através da ocupação de cargos ocupa a principal função das legendas. No modelo de massas, ela é garantida a partir do crescimento contínuo da organização e o consequente financiamento a partir de contribuições regulares de seus membros – entre outros serviços necessários para a manutenção das atividades.

## **2.4 A literatura acerca dos partidos brasileiros**

Nesse item procuraremos discutir de forma sintética duas visões que tratam acerca de sua força organizacional. A primeira os vê de forma pessimista, ou seja, considera-os como elementos fracos no nosso sistema político principalmente devido aos efeitos que o sistema eleitoral tem sobre eles. A segunda, ao contrário, os enxerga com um viés positivo, mostrando como o centro partidário coordena suas ações.

### 2.4.1 A visão Pessimista

Essa visão considera que a descontinuidade<sup>48</sup> das formações partidárias é um dos principais problemas enfrentados pelos partidos brasileiros ao se formarem e se constituírem como organizações fortes e construir laços duradouros com a sociedade<sup>49</sup>. Como principais críticas temos: o pouco contato que os partidos possuem com a sociedade, a individualização das campanhas eleitorais e a fraqueza organizacional dos partidos.

A baixa penetração social dos partidos brasileiros é vista por Lamounier (1990) como causa da baixa institucionalização deles, para o autor a descontinuidade de nossos partidos e a continuidade da realização de eleições causou um cenário onde temos os órgãos administrativos institucionalizados e os partidos vistos com certa desconfiança pela população. Além disso, a volta do regime pluripartidário em 1979 foi marcada pela formação de partidos, em sua maioria<sup>50</sup>, criados de cima para baixo, ou seja, do interior do organismo estatal. Esse tipo de criação, para a corrente contemporânea, irá causar partidos dependentes dos recursos estatais para sua sobrevivência, pois não possuem relações prévias com suas bases para sua obtenção e tem sua atuação mais voltada às funções processuais mais do que as representativas.

Um fator que possui grande importância na forma organizacional dos partidos brasileiros é o nosso sistema eleitoral<sup>51</sup>. Ao realizar eleições concomitantes e com regras diferentes para o legislativo (representação proporcional de lista aberta) e para o Executivo (eleições majoritárias) temos o aumento da individualização das campanhas, com o foco sendo direcionado aos candidatos – com competição intra-partidária – e não aos partidos.

A heterogeneidade intraorganizativa dos partidos brasileiros é apontada pelos autores da corrente brasilianista, entre os quais se destacam os trabalhos de Barry Ames e de Scott Mainwaring. Para esses autores, o federalismo brasileiro produz dificuldades ao fortalecimento dos partidos a nível federal, pois as lógicas e disputas locais se sobrepõem as nacionais.

---

<sup>48</sup>Lamounier (1990) argumenta que essa descontinuidade criou um problema para o processo de institucionalização dos partidos, ao institucionalizar a questão eleitoral e não as legendas.

<sup>49</sup>Kinzo, 1993.

<sup>50</sup>Dos seis partidos fundados logo após a instituição de um novo sistema pluripartidário (PDS, PDT, PMDB, PP, PT e PTB) apenas o PT foi criado a partir da ação de grupos da sociedade civil.

<sup>51</sup>Braga, 2006; Kinzo, 1993; Lamounier e Meneguello, 1986.

## 2.4.2 Visão Otimista

Uma visão diferente sobre os partidos brasileiros se encontra no trabalho de Figueiredo e Limongi (1999). Os autores consideram que o foco dos estudos não deve se concentrar apenas no sistema eleitoral, mas também no comportamento dos partidos no Congresso, onde o seu desempenho se mostra consistente, com eles possuindo coesão e disciplina partidária.

Para os autores, a lógica do legislativo breca o comportamento individualista dos parlamentares ao torna-los dependentes de outros atores – como as lideranças partidárias – para obtenção de recursos. Esta dependência irá gerar cooperação entre eles e seus partidos, pois a não colaboração pode frear a obtenção de recursos necessários a sua eleição (tempo e recursos financeiros).

Na sua relação com o Executivo, os partidos se utilizam do recurso da patronagem, que é a troca de cargos por apoio em votações no legislativo<sup>52</sup>. O uso desse recurso gera um conflito entre o governo e as lideranças partidárias com cada uma das partes buscando um ganho maior em relação ao acordo inicial, porém, a vontade do Executivo prevalece devido ao seu controle sobre os recursos e sua distribuição<sup>53</sup>.

Outra visão sobre os partidos nacionais se encontra no trabalho de Otávio Amorim Neto<sup>54</sup> (2006). Para o autor, os partidos dividem o poder a partir de seu peso no Congresso, com a seleção do gabinete atuando como conexão entre as partes dos partidos no Executivo e no Legislativo.

A forma como o Executivo atua se relaciona com essa ligação, com ele atuando de duas formas: a) negociação com o congresso e; b) práticas constitucionais. A primeira exige que se negocie com o legislativo para ter aprovado seus objetivos programáticos. Essa negociação envolve basicamente a troca de cargos para os partidos da base aliada – e para outros, caso seja necessário um maior apoio ou garantir a maioria no parlamento – em troca de votações favoráveis aos projetos do Executivo. A segunda forma ocorre principalmente quando não há certeza da garantia do apoio vindo do legislativo para aprovação das medidas do governo e o Executivo acaba governando por meio de medidas provisórias.

---

<sup>52</sup>Santos, 2003.

<sup>53</sup>Figueiredo e Limongi, 1999.

<sup>54</sup>O trabalho de Amorim Neto (2006) se assemelha a lógica dos partidos cartel ao considerar que as alianças e coligações não programáticas tem por objetivo a ocupação de cargos nos escalões governamentais.

A escolha de uma dessas formas é resultado de um cálculo individual do governo que analisa as possibilidades de aprovação de suas medidas e escolhe aquela que traz menos custos<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup>Amorim Neto, 2006.

### **3. Tipo Originário: PSDB e PT**

A forma como os partidos surgem exerce grande influência sobre como eles se estruturam e se organizam, promovendo uma maior ou menor participação de seus membros em seu interior. Os partidos políticos são organizações dinâmicas, com muitas mudanças ocorrendo em seu interior ao longo do seu desenvolvimento, entretanto ainda podem ser identificados traços das primeiras escolhas em suas organizações.

Neste capítulo, não iremos realizar uma descrição da história de ambas legendas, mas apenas procuraremos descrever a forma como o PT e o PSDB se originaram e compara-los a luz da bibliografia clássica acerca dos partidos políticos.

#### **3.1 O Tipo Originário do PT: fundado a partir dos movimentos sociais**

A origem do PT está ligada ao movimento sindicalista do Brasil na década de 1970, esse movimento foi chamado de “novo sindicalismo”, essa denominação se deve a oposição desse movimento ao sindicalismo vigente no período<sup>56</sup>.

O surgimento do “novo sindicalismo” está ligado à expansão econômica brasileira nos anos 70 que se originou principalmente nos sindicatos de metalurgia e automotivos no estado de São Paulo – mais especificamente na região de São Bernardo. A partir desse cenário, esse novo movimento sindical entrou no jogo político brasileiro ao se posicionar contra o arrocho salarial (promovido pelos governos militares) através da mobilização de greves<sup>57</sup>. O quadro abaixo faz uma comparação entre os tipos de sindicalismo praticados no período militar:

---

<sup>56</sup>Para maiores informações consultar Keck (1991).

<sup>57</sup>As greves organizadas pelo “novo sindicalismo” foram as primeiras após um longo período sem greves no regime militar (Meneguello, 1989).

	Novo Sindicalismo	Sindicalismo pós-64
Atuação sindical	Autonomia	Interferência estatal
Ligação com sindicatos estrangeiros	Sim	Proibido
Acordo salarial	Negociação direta entre empresa e trabalhador	Negociada pelo Estado
Direito de greve	Livre	Necessita da aprovação estatal

QUADRO 3 – NOVO SINDICALISMO X SINDICALISMO PÓS-64

Fonte: Elaboração do autor com base em Keck (1991) e Meneguello (1989).

A principal diferença entre os dois tipos reside na interferência estatal, onde o novo sindicalismo defende que os trabalhadores tenham autonomia sindical e de negociação com os empresários para melhorias nas condições salariais. Portanto, o que o novo sindicalismo procurava antes de tudo era diminuir a presença do Estado nas negociações e nas ações sindicais.

Através das greves organizadas em diversos pontos do país entre os anos de 1978 e 1979 os membros desse movimento sindical se transformaram em atores políticos cujo discurso comum a diversos outros grupos sociais<sup>58</sup> viabilizou a sua transformação em partido político<sup>59</sup>.

A viabilidade também foi resultado do aumento do campo de ação dos sindicatos e o processo de abertura que fez com que a ideia de um partido de trabalhadores se tornasse possível. O aumento do seu campo de ação se deu com a aproximação de diversos grupos junto aos dos sindicatos – como intelectuais, políticos e outros movimentos sociais<sup>60</sup>.

Partindo dessa conjuntura, a fundação do PT ocorreu a partir de diversas reuniões entre os grupos presentes ou apoiadores<sup>61</sup>, esses encontros buscavam a construção de um partido de bases amplas, não sendo apenas um partido sindical, mas um partido que representasse a classe assalariada, frente ao regime, conforme atesta seu manifesto:

<sup>58</sup>O discurso comum consistia na defesa da cidadania e de uma maior participação dos trabalhadores no processo de transição à democracia (Meneguello, 1989).

<sup>59</sup>Para maiores informações consultar Amaral (ANO); Keck (1991); Meneguello (1989); Sarti (1998).

<sup>60</sup>Keck (1991); Meneguello (1989); Sarti (1998).

<sup>61</sup>É importante salientar que apesar do PT ter em sua formação uma grande quantidade de líderes e membros de sindicatos, o partido não buscava ser um partido sindical e tampouco se constituir como braço político de algum sindicato como o Partido Trabalhista Inglês, sendo proibida a ocupação de cargos na Executiva do partido e em sindicatos se forma simultânea.

“Mas, tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.” (PT, 1980: 1).

Portanto, segundo o seu manifesto, havia a necessidade de união de diversos movimentos populares de forma organizada como modo de obter suas reivindicações.

Como forma de melhor se estruturar, as reuniões fundacionais do PT também tinham como objetivo a atração de parlamentares progressistas ligados ao MDB que em meados de 1978 já cogitavam a formação de um partido de esquerda (Meneguello, 1989), porém houve um afastamento de diversos parlamentares, que consideraram que a permanência no partido opositor era a melhor forma de atuação, sendo que apenas dois<sup>62</sup> deputados aderiram ao partido inicialmente.

As reuniões para a fundação da legenda<sup>63</sup> se davam em diversos pontos do país, onde podemos destacar a atuação de Luís Inácio Lula da Silva<sup>64</sup> que nesse período era um líder sindical reconhecido nacionalmente e sua importância na fundação do partido se deve a sua ação no sentido de unificar os diversos grupos na construção do partido dos trabalhadores, além de Lula, outros líderes sindicais tiveram grande importância na fundação do partido ao divulgar em suas cidades a ideia da fundação da nova organização partidária<sup>65</sup>.

Outro ponto importante da fundação do Partido dos Trabalhadores foi à alteração na LOPP em 1979 que estabeleceu a volta do pluripartidarismo e a possibilidade de criação de legendas por grupos não parlamentares (como foi o caso do PT), porém também criou normas rigorosas para a criação e funcionamento. Na criação, a Lei orgânica estabelece que para obter o registro definitivo os partidos deveriam formar diretórios no mínimo vinte por cento das cidades de pelo menos nove estados diferentes e realizar convenções em

---

<sup>62</sup>Edson Khair (RJ) e Antônio Carlos de Oliveira (MS), com este último sendo presidente do MDB do seu estado naquele período (Meneguello, 1989).

<sup>63</sup>Ao todo podemos identificar cinco grupos que contribuíram para a formação do PT: Sindicalistas, políticos, intelectuais, movimentos populares e organizações de esquerda. Para maiores informações consultar Meneguello (1989).

<sup>64</sup>Entre os membros dos outros grupos formadores do PT Keck (1991) e Meneguello (1989) destacam a importância de Fernando Henrique Cardoso (entre os intelectuais) e Almino Afonso (entre os políticos) no processo de formação do partido, porém, ambos optaram pela permanência no MDB.

<sup>65</sup>Amaral, 2003; Keck, 1991; Meneguello, 1989; Sarti, 1998.

todos os níveis (municipal, estadual e uma convenção nacional), além de estabelecer em um ano o prazo para cumprimento desses requisitos<sup>66</sup>.

A fundação do partido se deu no início de 1980 (10/01/1980)<sup>67</sup> em uma reunião no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e um mês após com a escolha de sua Comissão Diretora Nacional Provisória houve a oficialização da fundação com assinatura da ficha de filiação de cerca de quinhentos membros fundadores, devido à legislação eleitoral, os petistas apenas pediram o registro provisório em outubro daquele ano, sendo o último dos novos partidos a fazer esse pedido, sendo que o registro definitivo veio apenas em 11/02/1982 e se deve ao intenso trabalho de seus membros<sup>68</sup>.

### **3.2 O Tipo Originário do PSDB: Fundado a partir de cisão parlamentar**

Para melhor compreendermos o processo de fundação do PSDB se faz necessário realizar uma recapitulação histórica da Nova República brasileira que se iniciou em 1985 e a atuação do maior partido do período, o PMDB.

A Nova República começou com a eleição de Tancredo Neves pelo colégio eleitoral em 1985. Com a morte do recém-eleito presidente pouco antes de sua posse, o novo regime sofreu um golpe em sua legitimidade, pois o vice José Sarney possuía uma longa história no partido de apoio aos militares (ARENA) e sua filiação ao PMDB era recente e devido à crise provocada pela candidatura no partido governista à sucessão do General Figueiredo, além disso, o seu governo foi marcado por graves crises econômicas (com dois planos econômicos que fracassaram: O Plano Cruzado e o Plano Cruzado II), pela dificuldade do PMDB em ser o partido de sustentação do governo, pois o partido se encontrava altamente facionado<sup>69</sup> e sem uma definição programático-ideológica definida, resultando em um partido dividido em diversos grupos que englobava diversas posições no espectro ideológico (indo de grupos de esquerda a grupos de direita) não produzindo uma base unitária.

Em meio a esses acontecimentos foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) em 02/02/1987, esta foi marcada pela quantidade de grupos exercendo pressão

---

<sup>66</sup>O PT segundo Meneguello (1989) e Keck (1991) teve grande dificuldade para cumprir a legislação partidário e contou com ajuda dos grupos em seu interior para isso.

<sup>67</sup>A fundação do PT foi postergada para esta data em 1980 para que o partido tivesse condições de cumprir a legislação partidária (Keck, 1991).

<sup>68</sup>Amaral, 2003; Keck, 1991.

<sup>69</sup>O principal conflito no PMDB no início da Nova República era entre o seu grupo moderado e o grupo autêntico, com este último grupo buscando uma definição do partido relativa a temas sociais e econômicos (Fleischer, 1999).

sobre o texto como aponta Fleischer (1999) essa profusão de grupos influenciando o processo constituinte fez com que não houvesse o desenvolvimento dos partidos como instância reivindicatória durante o processo constituinte.

Outro fator que influenciou negativamente o processo constituinte foi à influência do governo federal nas votações da Assembleia em defesa de seus interesses e de seus apoiadores utilizando os meios que dispunha para tal (uso da máquina administrativa, fisiologismo, etc.), além disso, como falado anteriormente, o PMDB devido ao seu fracionamento não conseguia ser o partido de base governista<sup>70</sup>, se dividindo nas votações devido à presença de diversas frações em seu interior cada qual defendendo posições divergentes e sem um centro que definisse uma linha de atuação.

Com este cenário, temos uma cisão de um dos grupos do PMDB que decidiu pela formação de um novo partido – o PSDB – e essa fundação pode ser entendida a partir de duas visões distintas, uma diz respeito aos documentos partidários (sobretudo o manifesto de sua fundação) e a outra é a ótica da bibliografia acerca do partido.

Segundo seus documentos o principal motivo para a saída de seu grupo fundador do PMDB foi à atuação deste na ANC e atuação do governo Sarney, conforme relata o seu primeiro programa partidário:

“Receoso de enfrentar suas divergências internas, deixou de tomar posição ou ao menos de debater as políticas de governo a que deveria dar sustentação. Invadido por oportunistas, dividiu-se desde os primeiros embates da Constituinte. Envolvido no jogo da ocupação de “espaços” na máquina governamental, acabou fornecendo massa de manobra ao continuísmo de oligarquias decrépitas e de burocratas acostumados ao mando irresponsável. Numa palavra, arenizou-se, (...)” (PSDB, 1988: 1).

Esse processo é apontado por Roma (2002) como produto do processo de redemocratização do país onde houve um grande ingresso de políticos ligados a ARENA, fazendo com que o partido inchasse com esta adesão de políticos oportunistas que possuíam pouca (ou nenhuma) história com a legenda, devido ao ingresso desses membros, aumentaram as pressões internas no PMDB pela definição de uma linha a seguir pelo partido<sup>71</sup>. A bibliografia sobre o partido também aponta outros motivos para a fundação do partido, com o estado de São Paulo ocupando a centralidade na questão da fundação do

---

<sup>70</sup>Como o governo não possuía uma base de apoio sólida mesmo contando com a maioria parlamentar, foi formado um grupo suprapartidário denominado Centro Democrático (Centrão) para dar sustentação ao governo e garantir a aprovação de temas que o interessavam. As duas principais vitórias desse grupo (que chegou a possuir mais de 300 membros) foram a aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e o plebiscito de 1993 para a escolha da forma de governo (Fleischer, 1999; Lamounier, 1990).

<sup>71</sup>A saída do grupo dos históricos do PMDB também é explicada por seus fundadores pela atuação do partido na ANC e alianças realizadas com o PFL (Roma, 2002).

partido. Sendo a principal que a tese sobre o tema aponta para a perda de espaço dos “históricos” para os políticos que vieram da ARENA, com as questões regionais ocupando um grande papel nesse desgaste<sup>72</sup>.

Uma figura de importância nessa questão é a do ex-governador do estado de São Paulo: Orestes Quéricia. Quéricia segundo Fleischer (1999) e Roma (2002) adotou práticas clientelistas em sua gestão se aliando ao governo Sarney e utilizando a máquina partidária para retirar o espaço do grupo “histórico” da legenda em São Paulo. Com esta perda de espaço a possibilidade de fundação de um novo partido se tornou viável, pois seus membros possuíam grande capital político, diferentemente de outras facções surgidas no PMDB na época, como o Movimento de Unidade Progressista (MUP<sup>73</sup>) que chegou a se constituir como uma facção dentro do PMDB na ANC, mas não chegou a se constituir como um partido.

A literatura sobre o partido (Fleischer, 1999, Sanchez, 2003), também aponta os fatores programáticos citados pelos documentos partidários como motivo para a cisão. Os dois principais motivos citados são as votações para a escolha do regime de governo (parlamentarismo ou presidencialismo) e a duração do mandato de José Sarney (quatro ou cinco anos).

Aliado a esses fatores, Roma (2002, 2003) considera que a origem do PSDB está ligada a um caráter pragmático, com os fundadores da legenda possuindo grande capital político acumulado ao longo de sua história e este os credenciava a disputa de cargos majoritários, porém com o espaço reduzido dentro da legenda a fundação de um novo partido se tornou uma opção para esse grupo.

Como citado anteriormente, a fundação do PSDB se deu em meio aos trabalhos da ANC. Apesar das conversas sobre a fundação de um novo partido terem se iniciado em 1987 (principalmente através do MUP), apenas no início de 1988 o partido foi lançado<sup>74</sup>.

Devido a sua origem interna ao parlamento o PSDB contou com membros de diversos estados em sua fundação, isso facilitou seu processo de nacionalização, pois ajudaram na estruturação do partido em seus estados de origem e na mobilização de membros para o cumprimento da legislação eleitoral e construção dos Diretórios estaduais e municipais. Entre os parlamentares que fundaram o partido tem-se predominância da região sudeste brasileira, com metade do número de senadores (quatro de oito) e com mais da metade do número de parlamentares (vinte e três de quarenta). Isso pode ser explicado pelas lideranças de expressão que os estados dessa região possuíam (como os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso em São Paulo e do parlamentar Pimenta da

---

<sup>72</sup>Fleischer, 1999; Roma, 2003.

<sup>73</sup>Para maiores informações sobre o MUP consultar Sanchez (2003).

<sup>74</sup>Para maiores informações consultar Fleischer (1999).

Veiga de Minas Gerais) e também das disputas entre os moderados e dos históricos terem grande impacto nos estados dessa região, com destaque a disputa em São Paulo.

Portanto, a origem do PSDB pode ser explicada a partir de duas visões: 1) Uma visão ideológica, onde há um conflito de posições entre o grupo fundador do partido e a direção do PMDB e; 2) Uma visão pragmática, onde há a percepção de um espaço político localizado ao centro do espectro ideológico por políticos influentes possuidores de grande capital político que se encontravam sem espaço no PMDB.

As duas visões apesar de discordarem sobre os motivos (programáticos ou ideológicos) apontam para o processo de fracionamento do PMDB devido à entrada de membros da antiga ARENA e também do fim do período militar que mantinha o antigo MDB unido<sup>75</sup>, isso causou uma série de conflitos no interior do partido, com os antigos quadros do partido tendo que conviver com vários membros da antiga organização a qual eles foram opositores no regime passado e também problemas de relacionamento entre os grupos nos estados.

### **3.3 Origens PT e PSDB: Diferenças e semelhanças originárias**

O PT e o PSDB possuem origens totalmente distintas a partir dos conceitos de Duverger (1980), conforme mostrou esse capítulo. O primeiro é fundado a partir da ação – e organização – de movimentos populares contestatórios ao regime militar e o segundo a partir da cisão do maior partido do início da Nova República durante o processo constituinte em 1988.

Porém, a teoria também os aproxima em alguns aspectos, como a forma originária trabalhada por Panebianco (2005). O quadro comparativo abaixo busca ilustrar o processo originário deles a partir dos conceitos trabalhados pelos dois autores:

---

<sup>75</sup>O único canal legal para fazer oposição ao regime militar era o MDB, que fora formado dentro das estruturas do regime e em seu interior se encontravam grupos diversos, onde podemos citar, por exemplo, grupos de esquerda (como membros do PCB, que seria legalizado na Nova República), diversos grupos de esquerda, oposições regionais e grupos moderados, entre grupos que apenas possuíam em comum o papel opositorista.

	PT	PSDB
Origem Interna/Externa	Externa	Interna
Difusão ou Penetração territorial	Penetração	Penetração
Braço político de organização	Não	Não
Formação em torno de um líder carismático	Não <sup>76</sup>	Não
Grupo dominante da fundação	Sindicalista	Parlamentar
Representação	Restrita	Grande

QUADRO 4 – ORIGEM PT E PSDB

Fonte: Elaboração própria do autor a partir da literatura.

A partir da teoria de Duverger (1980, 1990) tem-se que o PT deve possuir – teoricamente – uma estrutura mais forte do que a do PSDB, pois ao se originar exteriormente ao parlamento, o partido construiu canais de interação com a sociedade de forma a enquadrá-la no seu interior. O PSDB, diferentemente, deve segundo essa corrente, possuir uma estrutura fraca, heterogênea e com baixo contato com a sociedade, pois – na teoria – as eleições constituem a sua principal atividade.

Panbianco (1989), ao expandir a tipologia de Duverger (1970) estabeleceu três novos indicadores (origem por difusão ou penetração territorial, formado como braço político de uma organização externa e formado em torno de um líder carismático) para analisar a influência da origem:

1) Difusão ou Penetração Territorial: Tanto o PT quanto o PSDB foram formados a partir de grupos que podem ser considerados como o centro do processo genético de sua formação. Tanto o novo sindicalismo quanto o grupo dos históricos forneceram capital político pra a formação das novas legendas e devido à legislação partidária brasileira obrigando a formação de partidos com bases nacionais é a partir dos esforços dos seus membros das Comissões Nacionais Provisórias que os partidos inicialmente se organizam nos estados. Esse tipo de origem para Panbianco (2005) gera uma organização centralizada, com as lideranças do escritório central dos partidos tomando as principais decisões, porém no caso brasileiro os Diretórios Estaduais podem tomar decisões sem consulta prévia ao Diretório Nacional, como por exemplo, nas definições de alianças e candidaturas desde que respeitadas às diretrizes nacionais, porém, mesmo com esse

<sup>76</sup>Apesar de Lula ter ocupado (e ainda ocupar) um papel de destaque no interior do PT não podemos considerar que o partido foi formado ao seu redor.

respeito às deliberações da instância nacional nos estados são realizadas coligações com partidos que são adversários no plano nacional e em outras instâncias.

2) Formado a partir de um braço político de organização externa: O melhor exemplo de partido formado como braço político de uma organização é o Partido Trabalhista Inglês (*Labour Party*) que foi formado como organização política de uma organização sindical inglesa. No caso do PT e do PSDB ambos não foram formados com essa função. Apesar do Partido dos Trabalhadores possuir uma forte base sindical em seus quadros iniciais, a legislação partidária vigente no período de sua fundação proibia a ocupação de cargos partidários concomitantemente aos sindicais. Portanto, não há como no caso inglês uma forte influência formal dos sindicatos na direção partidária, além disso, o partido brasileiro foi formado a partir de uma convergência de diversos atores da sociedade civil (movimentos sociais, intelectuais, políticos, sindicalistas) e não apenas por um desses atores, apesar, que o novo sindicalismo serviu como ponto de convergência para esses atores se constituírem como organização política. No caso do PSDB não há em sua origem presença de organizações oriundas da sociedade civil que tenham relação com a fundação do partido.

3) Formação em torno de uma liderança carismática: Ambos os partidos estudados neste trabalho no momento de sua fundação possuíam membros de destaque na sociedade civil (o novo sindicalismo e suas lideranças e o grupo dos históricos), porém, as organizações não foram formadas em torno de uma liderança, mas a partir de diversos atores.

Devido ao seu modelo originário (formados por penetração territorial, sem a presença de organização externa patrocinadora e de liderança carismática), os dois partidos tendem seguindo a teoria de Panebianco (2005) a terem uma forte institucionalização, com o seu desenvolvimento organizativo definindo o grau dessa forma.

Em relação à representação, os partidos políticos ao longo da sua história aumentaram a sua representatividade, com o modelo de quadros sendo o mais restrito e o cartel o mais abrangente. Isso ocorre principalmente devido a dois motivos: expansão da franquia eleitoral no final do século XIX e a ênfase nas questões eleitorais no quarto final do século XX.

No caso do PT e do PSDB, vemos que o primeiro tem sua origem exterior ao parlamento e representa inicialmente uma camada específica da população – no caso, a classe operária, conforme relata em seu manifesto de fundação:

“(…) uma vez mais na história brasileira, vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados. Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista.” (PT, 1980: 2).

O PT inicialmente busca representar segmentos específicos da sociedade, no caso, os trabalhadores e demais movimentos sociais que não se encontram representados – ou possuem representação inadequada – na arena política. Essa forma de atuação – ou de definição do seu “território de caça” – remete aos partidos de Duverger (1980) que procuram representar apenas algumas partes da sociedade e através desse contato obter os recursos (financeiros e de pessoal) necessários para sua sobrevivência.

O PSDB devido a uma visão mais pragmática de sua fundação se preocupou em englobar um grande leque do espectro político, isso se deve a sua aproximação prematura com a arena governativa, fazendo com que a legenda não tenha se identificado fortemente com nenhum segmento da sociedade, conforme consta em seu programa partidário:

“Ampla o bastante para possibilitar a confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo – por exemplo, liberais progressistas, democratas cristãos, social democratas, socialistas democráticos –, o PSDB nasce coeso em torno da democracia enquanto valor fundamental (…).” (PSDB, 1988: 1).

Ao aumentar a sua representação, o PSDB se assemelha aos partidos cartel e *catch-all*, que buscam nisso aumentar o seu potencial eleitoral – e de barganha para cargos. Outra característica passa a ser – na teoria – uma organização fraca, com pouca participação dos filiados em seu interior.

Portanto, a partir de suas origens temos dois partidos que se localizam em polos opostos da tipologia partidária, o PT inicialmente se assemelha aos partidos de massas ao buscar representar segmentos específicos da sociedade – no caso, os trabalhadores e movimentos populares.

O PSDB adota uma representação mais semelhante aos partidos *catch-all* e cartel ao buscar ter uma grande representação e uma abertura de sua organização a diversos grupos.

#### 4. A Legislação partidária brasileira<sup>77</sup>

O processo de formação e estruturação do PT e do PSDB foi regulado pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) que geria a atividade partidária desde 1971 com algumas alterações – como às de 1979 que estabeleceram a volta do sistema pluripartidário ao país – e se manteve relativamente inalterada até a sua reforma em 1995.

A regulação a partir de normas governamentais ocupa um papel importante na vida dos partidos nacionais, pois a legislação regula aspectos importantes da vida partidária, como sua relação com seus filiados, acesso aos meios de comunicação, interação entre suas instâncias entre outras.

Esse capítulo busca examinar como as legislações partidárias regulam suas organizações e obtenção de recursos para sua sobrevivência. Isto é importante, porque como veremos a legislação partidária antes de 1994 definiu um modelo básico de organização aos partidos nacionais, causando uma aproximação entre eles.

##### 4.1 A Legislação de 1979 a 1994<sup>78</sup>

A legislação desse período mostra-se rígida em relação aos partidos nacionais. A sua rigidez, não se resume apenas ao processo fundacional, mas também ao organizacional ao definir a estrutura básica que eles devem possuir.

Os partidos políticos fundados entre esse espaço de tempo deveriam ter a seguinte estrutura<sup>79</sup>:

- Quatro órgãos: Deliberativos<sup>80</sup>, de ação e direção partidária<sup>81</sup>, bancadas parlamentares e órgãos de cooperação<sup>82</sup>.

---

<sup>77</sup>A legislação eleitoral também se mostra importante para a definição da organização dos partidos brasileiros, exercendo pressão sobre a forma como os partidos se organizam e desenvolvem suas atividades. Neste trabalho, reconhecemos a sua importância, porém, nos centramos apenas na legislação partidária que influencia diretamente a forma organizacional das legendas brasileiras ao estabelecer as suas regras.

<sup>78</sup>A LOPP desse período é basicamente a mesma desde 1971, com apenas algumas alterações (Schmitt, 2000).

<sup>79</sup>Essa estrutura se repete nas diversas esferas de atuação.

<sup>80</sup>Convenções municipais, estaduais e nacional.

<sup>81</sup>Diretórios das esferas (nacional, estadual, municipal, distrital) e suas respectivas Executivas.

<sup>82</sup>Conselhos de ética, fiscais e consultivos, departamentos trabalhistas, estudantis, femininos e outros com a mesma finalidade.

- Relação hierárquica entre eles, com os órgãos deliberativos ocupando o topo da organização<sup>83</sup>.

Essa estrutura deveria ser compartilhada por todos os partidos, causando a aproximação entre eles. A diferenciação entre eles ocorre a partir da autonomia que lhes é dada para criação de novos órgãos para sua atuação.

A legislação, portanto, acaba por ir a um sentido contrário ao de Duverger (1980) ao equiparar – minimamente – partidos de origem interna e de origem externa, pois ambos devem se estruturar conforme a regulação vigente, podendo em teoria possuírem organizações idênticas.

Os partidos nacionais devem ser formados em bases nacionais e ter atividade permanente<sup>84</sup>, segundo a LOPP pré-1995. Como base nacional, entende-se que eles devem possuir Diretórios Estaduais em pelo menos um terço dos estados brasileiros (nove) e neles se organizar em pelo menos um quinto dos seus municípios<sup>85</sup>.

Apesar dessa obrigatoriedade, suas partes não são interdependentes, com cada uma delas possuindo identidade jurídica própria e podendo ser alvo de intervenções de seu organismo superior<sup>86</sup>.

Para a teoria contemporânea, a aproximação dos partidos junto ao organismo estatal vem da obtenção de recursos que este lhe fornece (pessoais e financeiros). No primeiro caso, se da com a ocupação de cargos nos governos, com funcionários estatais auxiliando nas atividades de seus membros nos parlamentos.

No segundo caso temos, além de uma relação com o primeiro a partir de contribuições financeiras dos membros que estão nos governos, à transferência direta de recursos a partir do fundo partidário<sup>87</sup>.

Todos os partidos legalizados no Brasil recebem receitas dessa forma, porém a distribuição se dá de forma desigual, com grande parte do montante (noventa por cento) sendo distribuído conforme a sua representação na Câmara dos Deputados e o restante de forma igual.

---

<sup>83</sup>A esfera municipal é definida pela legislação como o local de ação de base dos partidos.

<sup>84</sup>A atividade permanente ocorre a partir de três pontos: 1) Manutenção dos serviços partidários, secretaria e tesouraria; 2) Formação política de seus membros através de cursos, palestras, seminários, etc., 3) Comunicação das atividades para seus filiados (Lei orgânica dos partidos políticos, 1994).

<sup>85</sup>Lei orgânica dos partidos políticos, 1994.

<sup>86</sup>As intervenções ocorrem pelos seguintes motivos: manutenção da integridade partidária, problemas financeiros, garantir o direito das minorias em seu interior, preservar a disciplina, ética, programa e estatuto do partido (Brasil, 1994).

<sup>87</sup>O fundo partidário é constituído por quatro fontes: 1) multas e penalidades aplicadas pela Justiça Eleitoral; 2) doações de pessoas físicas; 3) dotações orçamentárias; 4) recursos financeiros previstos na lei (permanentes ou eventuais).

Essa forma de distribuição dificulta a entrada de novos membros no jogo político, fortalecendo os partidos já existentes, causando uma aproximação com o modelo cartel, ao “fechar” o sistema partidário<sup>88</sup> à participação de demais atores.

A LOPP pré-1995, portanto, regula os diversos aspectos da vida partidária, engessando suas estruturas partidárias ao conferir um desenho institucional comum a todos.

## 4.2 A Lei Orgânica dos Partidos Políticos atual

Em 1995 a Lei Orgânica dos Partidos Políticos é reformulada. Essa reforma busca adequar os partidos a Constituição<sup>89</sup> promulgada em 1988 que lhes confere autonomia para sua estrutura interna, organização e funcionamento<sup>90</sup>.

“(…) o partido é livre para fixar, em seu programa, seus objetivos políticos e para estabelecer, em seu estatuto, a sua estrutura interna, organização e funcionamento.”<sup>91</sup>

Os partidos passam a não ter mais a obrigatoriedade de possuírem desenhos institucionais comuns podendo se diferenciando a partir deles e há um aumento do peso dos objetivos iniciais dos partidos em seu formato.

Apesar de definir apenas de modo geral como deve ser a vida dos partidos, ela regula a forma de distribuição de recursos estatais para os partidos. Nesse ponto há uma aproximação com a legislação anterior, com os partidos tendo autonomia de definição de sua relação com seus integrantes nos governos e nos parlamentos e existem regulações sobre a forma como o Estado transfere recursos financeiros às organizações partidárias, a partir do fundo partidário.

O fundo partidário constitui uma das formas de distribuição de recursos do Estado para os partidos<sup>92</sup>. Sua constituição, assim como na legislação anterior ocorre através de

---

<sup>88</sup>Outro fator que restringe a entrada de membros são as normas para fundação de partidos políticos (Katz & Mair, 2009).

<sup>89</sup>A Constituição e a LOPP definem os partidos políticos como entidades jurídicas de direito privado, ou seja, ela os define como organizações que buscam a realização de objetivos específicos.

<sup>90</sup>Brasil, 1994, p.14.

<sup>91</sup>Lei Orgânica dos partidos políticos, 2010. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9096.htm>> acesso em: 07/12/2010.

<sup>92</sup>Outra forma de distribuição de recursos prevista na legislação é a regulação do acesso ao rádio e à televisão. Com os partidos tendo que utilizar esse tempo principalmente para difundir seu

quatro fontes: multas e penalidades, recursos financeiros destinados por lei, dotações orçamentárias<sup>93</sup> e doações de pessoas físicas e jurídicas.

Os recursos são distribuídos de duas formas: A primeira em percentual menor (cinco por cento) é distribuída de forma igual a todos os partidos registrados e a segunda (noventa e cinco por cento) é distribuída conforme a sua votação na última eleição para a Câmara dos Deputados<sup>94</sup>. As eleições para Câmara, portanto, ocupa um papel fundamental para um aumento ou diminuição do montante do fundo partidário a ser recebido.

Em relação à aplicação, a legislação define que no máximo metade dos recursos deve ser utilizada para a manutenção dos serviços partidários, como manutenção da sede e pagamento de funcionários. Outras aplicações que tem percentual definido por lei são a criação e a manutenção de institutos de pesquisa (com vinte por cento no mínimo) e a programas de participação das mulheres (com cinco por cento pelo menos). Os demais recursos serão aplicados em propagandas doutrinárias, alistamento e campanhas eleitorais.

Os partidos brasileiros passam, então de uma legislação que engessava sua organização, patronizando diversos aspectos estruturais para uma nova, onde eles ganham autonomia organizativa, podendo não ter mais um desenho institucional comum, se assim acharem necessário<sup>95</sup>. Apesar da atual LOPP, dar maior liberdade para os partidos se organizarem, ela dificulta o acesso de novos partidos a arena governativa ao distribuir quase a totalidade dos recursos financeiros aos partidos que já se encontram nela representados. Como os partidos participam da realização da legislação, podemos considerar que eles são responsáveis pela criação de mecanismos que favoreçam ou não a entrada de novos membros. Esse controle, apesar de figurar na legislação anterior, se acentuou na atual, com a diminuição dos recursos a serem distribuídos igualmente a todos os partidos (antigamente eram dez por cento e atualmente são cinco por cento).

---

programa e entrar em contato com os filiados.

<sup>93</sup>As dotações orçamentárias são distribuídas pelo Estado anualmente e tem como base do valor o número de eleitores no ano anterior ao do orçamento multiplicado por trinta e cinco centavos de real.

<sup>94</sup>Essa distribuição entrou em vigor em 2007, a anterior privilegiava os partidos com representação na Câmara Federal ao distribuir noventa e nove por cento dos recursos do fundo a eles.

<sup>95</sup>A legislação que vigora desde 1995 – com algumas alterações – não estabelece a formação de nenhum organismo como obrigatória, os partidos, portanto, passam a se organizar conforme desejarem.

## 5. A comparação através do grau de articulação geral

Esse capítulo tratará da comparação entre o PT e o PSDB a partir do conceito de articulação geral criado por Maurice Duverger na década de 1950. Este conceito diz respeito à forma como os diversos elementos partidários se unem, com a legislação partidária e o sistema de governo influenciando essa junção. A articulação geral não diz respeito apenas ao modo de como as instâncias partidárias se ligam, mas também a intensidade dessa ligação, sendo que quanto mais complexa, maior será essa articulação.

A complexidade organizativa é o principal fator de uma forte articulação geral, mas apenas ela não é suficiente para explicá-la, os elementos de base que compõem as legendas também são importantes, esses elementos buscam fazer que haja uma maior participação dos membros em seu interior, os efeitos dessa atuação são sentidos.

Esse capítulo será organizado da seguinte forma: a) primeiramente será realizada uma discussão acerca da metodologia aplicada; b) a forma como cada partido será examinada, com foco na ligação de suas partes; c) serão discutidos os organismos de base que compõem os dois partidos; d) será feita a comparação entre as duas articulações gerais e; e) discutiremos o foco de atuação dos dois partidos.

### 5.1 Notas Metodológicas

O clássico trabalho de Maurice Duverger: *“Os Partidos Políticos”* abordava basicamente os partidos franceses, apesar de sua análise se mostrar pertinente para outros países<sup>96</sup>. Além disso, o autor trata da comparação entre dois tipos muito específicos de partidos: a) as primeiras formações partidárias, que são a união de grupos parlamentares dentro das Assembleias e; b) os partidos criados com a expansão da franquia eleitoral e a entrada de novos atores no jogo político. Essa comparação em seu trabalho é estendida para partidos de outros países – principalmente europeus.

Apesar do grande espaço de tempo desde a sua publicação – que data do início da década de 1950 – o seu trabalho ainda se mostra atual, conforme argumentação do autor:

---

<sup>96</sup>Seiler, 2000.

“(...) a superfície adquiriu rugas, mas o fundo permanece quase que intacto. Depois, porque as porções envelhecidas não concernem ao essencial. Dizem respeito mais ao aspecto descritivo do que ao seu valor heurístico.” (Duverger *apud* Seiler, 2000).

Conforme a argumentação acima, a clássica obra de Duverger (1980) ainda se mostra atual. Não pelos partidos que foram estudados para sua realização, mas sim devido a sua essência que é estudá-los a partir de suas estruturas.

Como forma de realizarmos nosso estudo comparativo iremos nos ater a essa característica do trabalho de Duverger (1980), porém, se fazem necessárias algumas adaptações sobre os organismos de base presentes na obra.

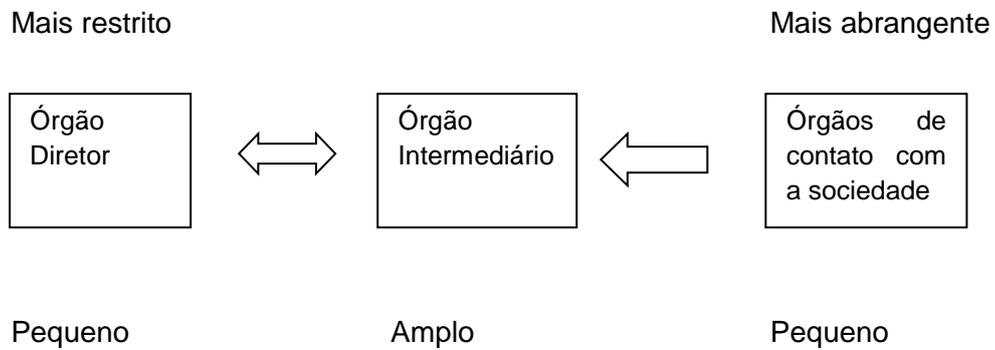
Os partidos internamente são formados por uma pluralidade de organismos, com eles possuindo funções específicas, porém, o autor em sua obra, define quatro grandes organismos de base (comitês, seções, células e milícias) baseados nos partidos europeus, que são a base sob a qual a maioria deles se organizam. Tomando esta estruturação como base, definimos três elementos de base que são inspirados nos tipificados pelo cientista político francês (excluímos a organização com base em milícias, por ser um tipo de organização de partidos autoritários) e também possam englobar características do nosso sistema partidário.

Portanto, como base para nossa formulação nos utilizamos de três fontes: 1) a teoria de Maurice Duverger; 2) a legislação partidária brasileira e; 3) os estatutos do PT e do PSDB que são o foco de nossa pesquisa.

Esses três organismos serão assim denominados: a) Órgão diretor: que possui como função principal a direção das atividades partidárias; b) Órgãos de contato com a sociedade: atuam na integração do partido com a sociedade e também na formação dos quadros partidários e; c) Órgão intermediário: onde temos o recrutamento de membros pelo órgão diretor – e também atua nas decisões partidárias – e na formação e recrutamento de membros, assim como os órgãos de contato com a sociedade.

Uma nova denominação se fez necessária para que no decorrer da análise comparativa não haja confusões entre os partidos aqui estudados e os partidos europeus que serviram de base para a formulação dos conceitos de Maurice Duverger. Apesar de haver modificações nos organismos de base, a relação hierárquica entre eles será mantida conforme ilustra a figura 1.

FIGURA 1 – ORGANISMOS DE BASE



Assim como os tradicionais organismos de base, estes se relacionam hierarquicamente, com o órgão diretor ocupando o topo dessa relação, porém, há uma relação de troca entre ele e o órgão intermediário – assim como entre os comitês e as seções – com a direção sendo recrutada em seu interior. Nos órgãos de contato com a sociedade, temos a possibilidade de sua participação nas reuniões do segundo tipo.

A abertura para a participação dos membros é uma das características dos organismos de base de Duverger (1980) que mantivemos. No conceito original temos as células que são as mais abertas à participação de filiados – e de não filiados – e o comitê, o mais restrito, sendo que seus membros são recrutados no interior das seções. A quantidade de membros não é considerada fundamental para uma maior inclusividade ou não, pois os organismos de ligação com a sociedade possuem poucos membros como veremos mais adiante (variando em cada partido) e buscam recrutar novos membros e atuar como agentes de formação.

A medição do grau de articulação geral não será alterada por causa das adaptações realizadas, pois ela diz respeito principalmente à forma como os elementos de base se ligam e como os partidos são estruturados (de forma mais complexa ou não). A única ressalva diz respeito à dominância de um organismo sobre os demais, nesse quesito, consideramos – assim como Duverger – que uma maior articulação vem acompanhada de uma maior participação de seus membros na vida partidária – ou seja, uma maior inclusão.

A base dessa adaptação será através da técnica de análise de conteúdo dos estatutos partidários. Esta técnica foi escolhida por buscar retratar a realidade contida nos textos – no caso os estatutos do PT e do PSDB.

Os estatutos aqui serão utilizados como forma de nos mostrar como os dois partidos são organizados, como suas partes se ligam e como as instituições partidárias desenvolvem suas atividades. Além disso, ao analisarmos os estatutos vemos como os partidos são estruturados no todo, ou seja, não apenas em suas instâncias locais, mas também nacionais.

O principal elemento de nosso trabalho não são as características locais dos partidos da amostra, mas sim como os partidos se organizam nacionalmente com os entrevistados mostrando características que podem conduzir a uma homogeneidade organizativa ou não.

Apenas essa análise de conteúdo não é suficiente para compreendermos como os dois partidos são organizados e porque eles se diferenciam e se aproximam em alguns pontos. Para isso recorreremos à técnica de entrevistas em profundidade com roteiro semiestruturado, como uma técnica complementar.

Reiteramos assim, que a opção por realizar as entrevistas ocorre como forma de complementarmos a análise de conteúdo, obtendo relatos sobre a realidade partidária que não foram possíveis – ou suficientes – para respondermos o nosso problema de pesquisa.

Ao todo realizamos seis entrevistas com membros dos Diretórios Estaduais de ambos os partidos entre os meses de maio de 2010 e fevereiro de 2011. O anonimato aos entrevistados foi garantido caso assim desejassem, porém não foram feitas objeções sobre as suas identificações no trabalho, entretanto, nesta pesquisa mais importante do que os nomes são os cargos<sup>97</sup> ocupados por eles no interior da organização e por isso optamos por identifica-los apenas como membros dos Diretórios de suas regiões.

Como amostra, optamos por selecionar dirigentes de três estados nacionais (Ceará, Rio de Janeiro e Paraná). O critério adotado na escolha da amostra dos estados foi baseado no princípio da diversidade, isto é contemplar as diferenças. No caso específico, escolhemos um estado do Nordeste, Sudeste e Sul, regiões onde estão os maiores colégios eleitorais do país. O que buscamos com essa escolha foi garantir a nacionalidade da pesquisa, quando houver alguma distoancia grande entre as partes ela será pontuada.

Para realização delas adotamos um roteiro semiestruturado. Esse modelo busca dar maior profundidade a temática pesquisada conferindo maior autonomia do entrevistado ao responder os questionamentos<sup>98</sup>.

O questionário de pesquisa pode ser dividido em quatro partes: a) questões gerais sobre o partido: Sua função, recrutamento de seus membros e financiamento de suas atividades; b) questões sobre os Diretórios: Atividades realizadas por eles e como se dão suas reuniões; c) Filiados: busca compreender como eles participam no interior da

---

<sup>97</sup>Foi entrevistado um membro de cada Diretório, sendo preferencialmente presidente ou secretario geral do partido. Porém, em dois casos (PSDB do Paraná e PT do Rio de Janeiro) foram entrevistados membros dos Diretórios.

<sup>98</sup>Veiga e Gondim, 2001.

organização e; d) Outros temas: esse bloco tratou de questões sobre a importância da ideologia, relacionamento com parlamentares e a importância das eleições para o partido.

Como utilizamos duas técnicas de pesquisa, se faz necessário entendermos como elas se relacionam no decorrer do texto.

O que buscamos com a combinação da metodologia qualitativa e de análise de conteúdo é realizar uma pesquisa exploratória, ou seja, através dessas técnicas buscamos ter uma visão geral sobre como os partidos são organizados.

## 5.2 Organização Partidária Geral

Os partidos em seu interior são organizações complexas, possuindo uma pluralidade de órgãos e instâncias com elas sendo importantes para a sua importância e funcionamento. Com base nos estatutos partidários podemos considerar que os partidos são compostos por quatro tipos de órgãos e instâncias:

- De Deliberação: Congressos, Convenções e Encontros.
- Direção e Ação partidária: Diretórios e Comissões Executivas.
- Cooperação: Bancadas, Comissões (e Conselhos) de ética, finanças, Institutos de pesquisa e formação.
- De integração com a sociedade e movimento sociais: Núcleos de Base, Secretarias e Setoriais.

Esses organismos se ligam de forma hierárquica com as instâncias deliberativas ocupando o topo de suas estruturas. Nesse trabalho não iremos tratar dos seus órgãos de cooperação, apesar de sua grande importância para os partidos, eles podem funcionar como órgãos anexos aos partidos – como as bancadas e institutos de pesquisa e formação – ou como órgãos de cooperação em um sentido mais estrito ao se ocupar de funções processuais – como suas comissões e conselhos de ética e fiscais, por exemplo.

A existência desses órgãos e instâncias ocorre em todas as esferas de atuação das legendas, com poucas modificações entre elas<sup>99</sup> com seus estatutos definindo as especificidades de cada instância (nacional, estadual, municipal e zonal).

Entre essas instâncias, as municipais e zonais são definidas por ambos os estatutos<sup>100</sup> como local de ação de base dos partidos, ou seja, elas possuem a função de

---

<sup>99</sup>O PT e o PSDB se organizam de forma semelhante nas suas diversas instâncias, diferindo apenas em casos pontuais como a organização de núcleos de base, por exemplo.

interagir com a sociedade a partir de seus organismos de base (núcleos de base, secretarias e grupos específicos), porém, a organização destes não é exclusiva, com todos os Diretórios petistas podendo organizar as secretarias e os setoriais do partido – com os núcleos de base sendo exclusividade das esferas municipais – e todas as esferas tucanas organizando seus órgãos de integração de base.

Conforme mostrado no capítulo sobre a legislação partidária, o Brasil passou de uma regulação rígida para uma que conferia maior autonomia de organização. Os dois partidos foram formados a partir das regulações da LOPP mais restrita e estabelecia que as organizações partidárias devessem ter o seu desenho institucional hierarquizado e obedecendo ao seguinte formado: instâncias deliberativas, instâncias diretivas e de ação partidária e as de integração social. Com a reforma da legislação em 1995, os partidos fizeram reformas em seus estatutos<sup>101</sup>, porém, mantiveram essa estrutura básica<sup>102</sup>.

Mesmo com uma legislação que engessava as suas estruturas – e as aproximava –, há diferenças entre elas. Nesse item buscaremos realizar uma – breve – discussão sobre suas organizações gerais.

As figuras 2 e 3 abaixo exemplificam o modelo básico de suas organizações, com ambos os partidos possuindo uma maior complexidade que a legislação estabelecia. Esse item não tem como objetivo realizar uma discussão mais aprofundada sobre todos os seus órgãos, mas apenas discutir como eles se ligam hierarquicamente:

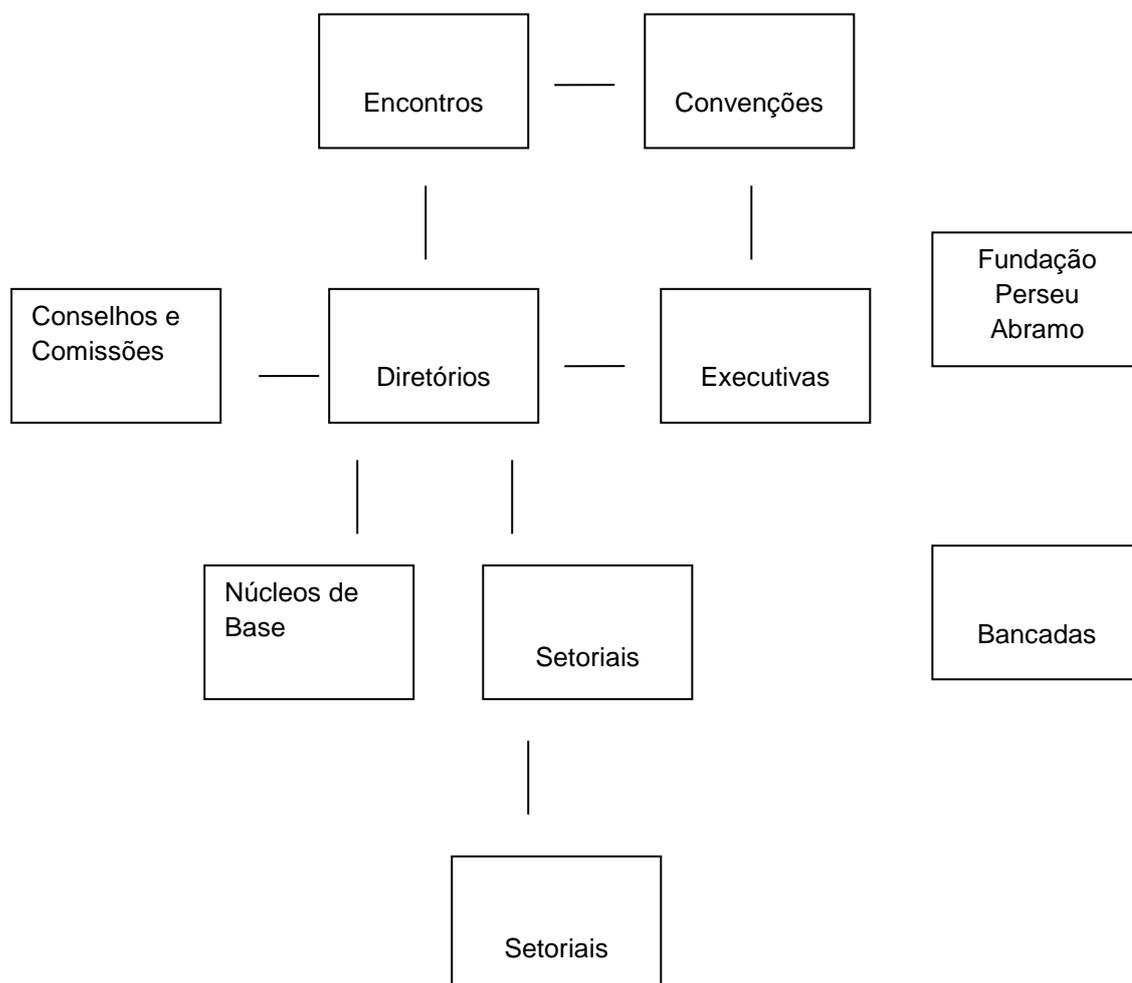
---

<sup>100</sup>PSDB, 2007; PT, 2007.

<sup>101</sup>Tarouco, 2007.

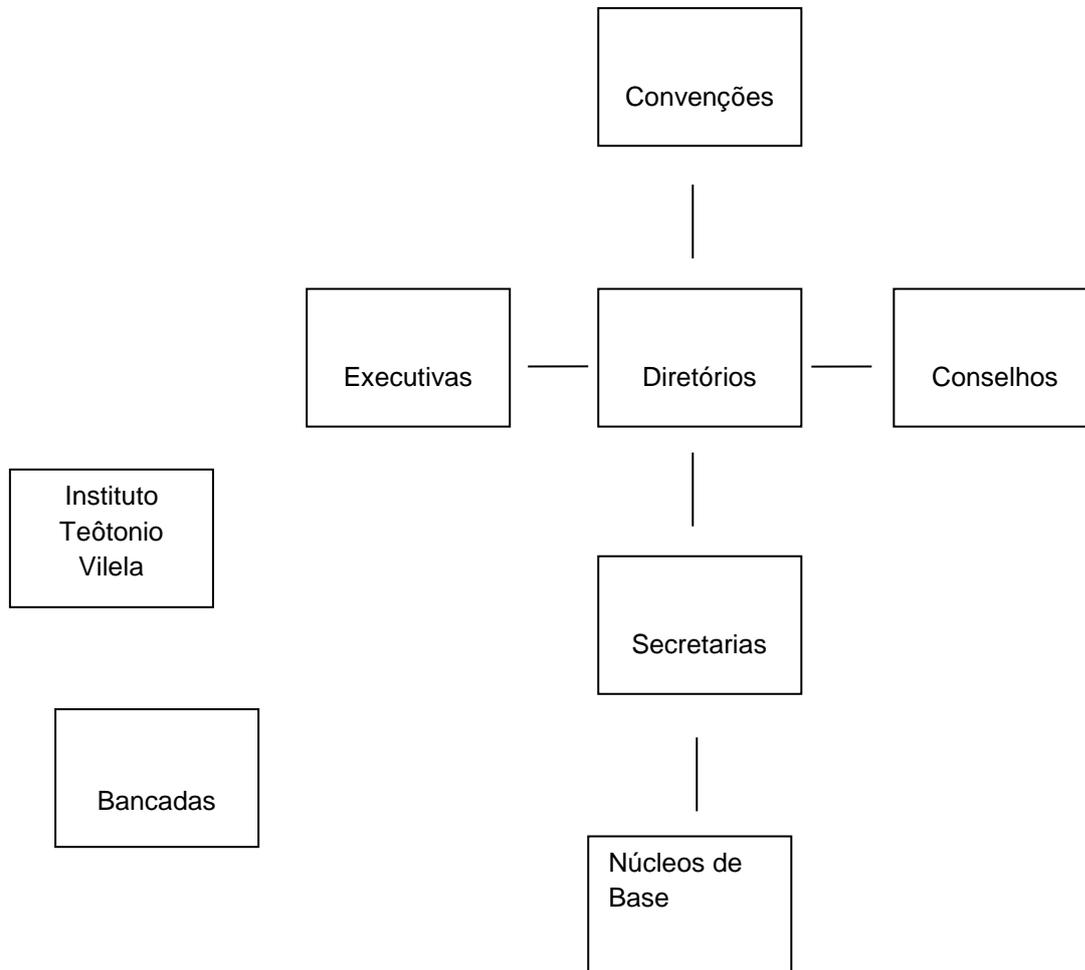
<sup>102</sup>A manutenção da estrutura baseada na legislação anterior pode ser explicada pela força que a formação inicial tem sobre o partido, com suas mudanças sendo relacionadas à sobrevivência do partido.

FIGURA 2 – DESENHO INSTITUCIONAL PT



Fonte: Elaboração do autor com base em PT (2007).

FIGURA 3 – DESENHO INSTITUCIONAL PSDB



Fonte: Elaboração do autor com base em PSDB (2007).

Conforme as duas figuras acima, os dois partidos possuem desenhos institucionais diferentes, porém, com mais organismos que a legislação estabelecia. Como ponto em comum temos a centralidade de seus Diretórios no interior da organização, isso ocorre devido as suas funções – como veremos mais adiante – que focam na organização do partido em todos os níveis e na participação de seus membros na organização das instâncias deliberativas.

Entre os dois desenhos, a estrutura petista se mostra mais complexa devido a dois aspectos. O primeiro reside na relação que as instâncias deliberativas do PT (Encontros e Convenções) possuem com os Diretórios e suas Executivas e o outro pela maior complexidade de seus órgãos de contato com a sociedade.

O estabelecimento de duas instâncias deliberativas do partido se deu como uma forma de resposta da instituição para a legislação rígida do seu período fundacional (PT, 1999).

O partido se aproveita da autonomia para criação de novas instâncias e cria um órgão deliberativo onde busca representar a pluralidade de seu interior no processo de tomada de decisões que são os seus Encontros. Eles ocorrem antes das Convenções, com elas se restringindo apenas aos seus dirigentes e segundo seu estatuto devem referendar as resoluções e deliberações da outra instância deliberativa sobre questões eleitorais. Essa opção busca fazer com que seus diversos grupos participem das discussões das ações a serem tomadas pelo partido, porém, ao estabelecer que aconteça também uma segunda instância deliberativa composta apenas pelos dirigentes há uma espécie de centralismo democrático por parte de sua direção. Portanto temos uma relação de mão dupla, com o partido abrindo espaço para amplas discussões com suas bases e após a decisão sendo tomada apenas pela cúpula, como os partidos de massas de Duverger (1980).

A escolha por esse tipo de organização pode ser explicada em parte pela sua origem externa, porém, a forma organizacional dos diversos movimentos que o fundaram pode ter influência sobre essa forma de deliberar, sendo necessários maiores estudos sobre o tema.

O PSDB, diferentemente, adota uma estrutura deliberativa menos complexa. Com as Convenções, compostas por diversos elementos da legenda<sup>103</sup>, atuando na definição das deliberações e resoluções acerca de suas atividades. A adoção dessa estrutura ocorre em consonância com a legislação partidária vigente no seu ano de fundação (1988), isso decorre da proximidade de seus fundadores com o organismo governamental, ou seja, de sua formação de cima para baixo com poucos membros externos ao parlamento.

A figura 3 mostra que o PSDB construiu em seu estatuto canais de interação com a sociedade através de seus núcleos de base e secretarias. Isto não reflete uma inserção inicial do partido junto aos movimentos sociais, mas sim uma busca pelo controle dessa relação, ao estabelecer as secretarias como elemento de ligação e de organização dos seus grupos de base. Esse controle vem através de sua fraca inserção inicial na sociedade<sup>104</sup>, por ser um partido fundado a partir de cisões de grupos parlamentares e não por segmentos da sociedade. O PT, ao contrário, por se originar através de movimentos populares não necessita estabelecer um controle sobre sua organização, pois eles já estão inseridos em seu interior.

---

<sup>103</sup>As Convenções partidárias são compostas pelos membros do Diretório, dos parlamentares atuantes na esfera – no caso das estaduais e municipais também participam os membros com mandato com base eleitoral na instância – e de delegados da base, o número destes é definido pela penetração que o partido tem no estado e no desempenho eleitoral do Diretório.

<sup>104</sup>Roma (2002).

No caso do PSDB, há construção de canais de interação social em seus estatutos, influenciado pelo espaço que o partido no espectro político que o partido buscou representar inicialmente – a centro-esquerda – porém, esse espaço se encontrava ocupado inicialmente por outros partidos<sup>105</sup> fazendo com que o partido organiza-se sua interação social com base em grupos específicos. Nos demais organismos, temos a manutenção da estrutura prevista pela LOPP.

Em relação ao PT, temos que o partido construiu sua organização de forma a ter uma maior participação dos membros em seu interior. Isso é evidenciado pelo número de novas instâncias criadas – principalmente as de contato com a sociedade – e pela complexidade que o partido estabelece em suas instâncias deliberativas, com uma sendo formada apenas pelos membros de sua Executiva.

### 5.3 Organismos de base

Duverger (1980) define os organismos de base da seguinte maneira:

“Um partido não é uma comunidade, mas um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos disseminados através do país (seções, comitês, associações locais, etc.), ligados por instituições coordenadoras. A expressão ‘elementos de base’ designa essas células componentes dos organismos partidários.” (Duverger, 1980: 52).

Portanto, para o cientista político francês, os partidos são formados por diversos grupos em diversos locais do país que se ligam formando o todo do partido, no caso brasileiro estas seriam suas instâncias e seus órgãos.

Como no Brasil nós temos um cenário diferente do estudado pelo cientista político francês, nós optamos por adaptar a sua teoria e nos atermos apenas no seu essencial, ou seja, que os partidos são formados por diversas instâncias, cuja formação é definida pelo centro partidário, interligadas com uma exercendo papel dominante sobre as demais.

Conforme apresentado na Figura 1, dividimos os partidos em três tipos de órgãos a partir de suas funções, seu número de membros e a sua abertura a participação deles.

---

<sup>105</sup>Idem.

O primeiro tipo de órgão (órgão diretor) equivale as Comissões Executivas. Elas são um grupo pequeno presente no interior das legendas que possuem como função principal a direção do partido em sua esfera de atuação.

O segundo tipo (órgão intermediário) equivale aos Diretórios. Constituem numericamente a maior instância partidária, com os dirigentes dos diversos órgãos e instâncias partidárias sendo recrutados de seu interior. Atuam na organização do partido nas suas diversas áreas de atuação, porém, não funcionam permanentemente, mas em períodos de tempo definidos pelos estatutos.

Por fim, o terceiro tipo (órgãos de contato com a sociedade) equivale aos núcleos de base, secretarias e setoriais. São instâncias que possuem a função de interagir com a sociedade, podem ser formados por um pequeno número de membros (como os núcleos de base) ou sem um número definido previamente (como os setoriais). Sua ação ocorre em todas as esferas partidárias.

A estrutura partidária gira em torno de seus Diretórios, com eles organizando as atividades partidárias e atuando como elemento de ligação entre as esferas partidárias através da comunicação das deliberações das instâncias superiores as outras partes. A sua função organizativa reside na definição das ações a serem tomadas pelas Executivas no período de tempo entre suas reuniões e pelo recrutamento desta entre seus quadros.

Além disso, a criação dos organismos de base é regulada em seu interior – assim, como outros que forem considerados necessários. O quadro abaixo faz um comparativo entre as principais funções de seus Diretórios.

Funções	PSDB	PT
Cobranças financeiras	Não	Sim
Convocação das instâncias deliberativas	Sim	Sim
Criação de organismos de base	Sim	Sim
Definição da linha político-parlamentar	Sim	
Definição de alianças	Sim	Sim
Eleição da Executiva	Sim	Sim
Sanções a membros e outras instâncias	Sim	Sim

QUADRO 5 – ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS INTERMEDIÁRIOS - DIRETÓRIOS

Fonte: Elaboração do autor com base em PSDB (2007) e PT (2007).

As principais funções de seus Diretórios se assemelham, mas também possuem especificidades entre elas.

Uma especificidade importante reside nas questões financeiras, com os Diretórios petistas atuando na cobrança das contribuições de seus membros – ocupantes de cargos e seus assessores e dos filiados –, no PSDB, não há essa função, pois seus membros contribuem de forma espontânea ao partido e os parlamentares tem esse valor descontado diretamente de seus rendimentos<sup>106</sup>.

Apesar de ser o centro partidário, os órgãos intermediários não atuam de forma permanente, se reunindo algumas vezes durante seus mandatos que são de dois anos no PSDB e de três no PT<sup>107</sup>, nesse ponto, vemos que há uma força maior nos Diretórios petistas. Suas reuniões, segundo seu estatuto, devem ocorrer mensalmente, podendo ocorrer mais vezes durante se forem convocadas por pelo menos dois terços de seus membros. No PSDB, ela ocorre obrigatoriamente duas vezes durante o exercício do mandato.

A partir dessas definições estatutárias podemos deduzir que há um controle maior do Diretório sobre a realização das atividades partidárias dos Diretórios petistas do que nos

<sup>106</sup>PSDB (2007).

<sup>107</sup>Em ambos os partidos há possibilidade de uma reeleição para o mesmo cargo diretivo (PT, 2007; PSDB, 2007).

tucanos, com os últimos não controlando de forma mais direta as execuções de suas deliberações.

Por fim, temos os órgãos de interação com a sociedade, estes se constituem como novidades em relação à legislação partidária que regulou suas origens. Ambos os partidos formam mais de um tipo de organismo com essa função, como os setoriais no caso do PT e os núcleos de base e as secretarias em ambos os partidos. O quadro abaixo faz um comparativo das características desses organismos.

	Núcleo de Base (PSDB)	Núcleo de Base (PT)	Secretarias (PSDB)	Secretarias (PT)	Setorial (PT)
Abrangência	Nacional, Estadual e Municipal	Municipal	Nacional, Estadual e Municipal	Nacional, Estadual e Municipal	Nacional, Estadual e Municipal
Principais funções	Articulação com a sociedade, base geográfica, captação das demandas sociais, promoção de debates	Articulação com os movimentos sociais, formação dos membros, garantia da democracia interna, sugerir formas de consulta	Coordenação das atividades dos Núcleos de Base	Forma organizativa dos setoriais	Atua junto aos movimentos sociais em áreas específicas
Tamanho	Mínimo de 6 membros	Mínimo de 9 membros	Não definido	Não definido	Não definido

QUADRO 6 – CARACTERÍSTICAS DOS ORGANISMOS DE CONTATO COM A SOCIEDADE

Fonte: Elaboração do autor com base em PSDB (2007) e PT (2007).

A partir dos seus estatutos ambos os partidos montam uma estrutura de integração com a sociedade, os Núcleos de Base de ambos os partidos apesar de possuírem a mesma denominação e atuarem em áreas geográficas tem características distintas. No caso do PSDB, temos sua atuação como elemento de captação de demandas por parte do partido para formulação de seus programas e também como meio de recrutamento de novos

membros<sup>108</sup> e atuam em áreas específicas, como grupos de juventude, mulheres, raciais, sindicais, etc. No PT, temos também a sua atuação como elos com os movimentos sociais, mas não em bases específicas, mas sim, como formação política de seus membros e garantia da participação dos membros em seu interior. Porém, essa forma organizacional foi extinta conforme relatado por seus dirigentes, sendo a atuação de base através dos setoriais do partido. Esses atuam como os Núcleos de Base tucanos, ou seja, atuando em áreas específicas da sociedade.

Os outros organismos de interação (secretarias) atuam na organização e coordenação de outras instâncias.

Como vimos em seus estatutos, há uma centralidade de seus órgãos intermediários em relação aos demais, mas como funcionam esses organismos? Para responder a essa questão perguntamos aos dirigentes entrevistados sobre os temas tratados nas reuniões dos Diretórios e como seus membros eram selecionados.

Através das entrevistas realizadas, vimos que os Diretórios de ambos os partidos atuam basicamente na definição das ações a serem tomadas pela legenda e também no seu posicionamento em relação à conjuntura.

“O Diretório tem a obrigação de fazer resoluções com base na conjuntura política”. (Dirigente PT Nordeste, 11/2010).

A seleção de seus membros ocorre através de eleições em Convenções destinadas a sua escolha, mas também ocorre através de cooptação.

“Membros que se destacam, que procuram o partido”. (Dirigente PSDB Nordeste, 18/02/2011).

A importância desse tipo de membro também está ligada a precariedade dos seus quadros de funcionários. Ambos os partidos apontam para uma estrutura mínima de funcionários profissionalizados em seu interior. Com a burocracia sendo exercida basicamente pelos membros do Diretório.

Para além da discussão acerca das funções é necessário ver o grau de participação dos filiados nesses organismos para entendermos o seu funcionamento.

---

<sup>108</sup>Entrevista Dirigente PSDB Sul (01/06/2010).

Os partidos fortemente articulados possuem estruturas que promovem uma ampla participação dos seus membros nas atividades realizadas pela organização. Já uma fraca articulação, ao contrário, tem uma baixa. Como forma de medir essa relação perguntamos aos dirigentes se os filiados participam da vida partidária.

“Dependendo do grau de participação do filiado e de sua predisposição, eu diria que alguns participam efetivamente e outros apenas em época de eleições. E financeiramente, só quando precisam estar quites para votar”. (Dirigente PT Sudeste, 12/2010).

“(…) nós temos filiados que pelo ramo de atividade que ele desenvolve, pelo setor de militância dele, onde ele está inserido, ele ajuda a produzir teses para o partido, está no direito dele de ser votado, de se apresentar como candidato do partido, por exemplo, nas eleições que se apresentam. O filiado ele tem um papel ativo”. (Dirigente PSDB Sul, 01/06/2010).

A participação no interior dos Diretórios segundo seus dirigentes se restringe apenas a dar opinião sobre os temas tratados por eles<sup>109</sup> – que se resume basicamente a organização da ação do partido nas suas diversas áreas de atuação –, mas sem poder de voto, ou seja, ambos os partidos abrem suas reuniões a presença dos filiados, mas eles não possuem poder de decisão em seu interior.

Outras formas de participação relatadas se resumem as atividades realizadas pelos filiados em suas áreas de atuação – no trabalho, nas instituições de ensino, movimentos populares – e no período eleitoral que é aonde se tem a maior participação dos filiados na vida partidária.

Entretanto, apesar de haver membros ativos em seu interior a grande maioria dos filiados não participa das atividades realizadas pelas legendas contrastando com o grande número de filiações recebidas pelas legendas<sup>110</sup>.

A explicação para esse fenômeno de baixa participação de seus filiados pode ser encontrado no processo descrito por Michels (1982), onde o autor considera que no início de suas histórias há uma forte participação inicial dos membros e com o desenvolvimento organizativo há um esfriamento dessa relação, passando para uma fase onde se busca principalmente a sobrevivência da organização. No caso do PSDB, a baixa participação já

---

<sup>109</sup>Os dirigentes de ambos os partidos relatam que há grande participação dos membros nos períodos eleitorais, com esta diminuindo expressivamente após a realização das eleições.

<sup>110</sup>Segundo seus dirigentes há apenas controle sobre a filiação de membros de outras agremiações partidárias ou de indivíduos de grande reconhecimento junto à sociedade, nos demais casos não há uma fiscalização rígida sobre o processo.

era esperada devido a sua ligação precoce com o organismo estatal, isso causou a não produção de laços fortes com suas bases e com a população, com o partido sendo identificado perante a sociedade através de suas funções processuais<sup>111</sup>.

O processo de formação política de seus membros que na teoria clássica ocupa um papel de destaque dentro dos partidos é realizado por ambos os partidos por organizações anexas a eles, ou seja, seus institutos de pesquisa<sup>112</sup>. Eles atuam junto aos partidos fornecendo cursos, palestras, seminários e atividades de formação aos seus membros<sup>113</sup>. Nesse caso, temos a divisão de uma atividade fundamental entre o partido e outra organização anexa a eles que possui a responsabilidade de organizar essas atividades.

Nessa questão da participação é importante vermos como a ideologia pauta a ação do partido em seu interior. Isto é importante, pois a ideologia constituiu a principal forma de distribuição de incentivos coletivos no interior da legenda<sup>114</sup>.

Perguntamos para os dirigentes como a ideologia pauta a ação dos partidos e sua importância para o partido. Dentre os entrevistados tivemos apenas uma resposta que destoou dos demais ao argumentar que há um fortalecimento do pragmatismo eleitoral em detrimento de uma atuação mais ideológica.

“Deveria ser o prioritário (...) não tem nenhum partido que haja essencialmente pela ideologia. Hoje os partidos estão submetidos a uma lógica cruel. A lógica da eleitoral”. (Dirigente PSDB Sudeste, 19/11/2010).

Os demais dirigentes expõem que a ideologia é importante como um valor que norteia a ação dos partidos em todas suas esferas e em suas atividades. Além disso, ela se mostra um importante meio de recrutamento de membros para a direção partidária ao cooptar filiados para a direção partidária a partir de sua aproximação ideológica com os membros destes.

A partir dessas considerações temos a centralidade de seus órgãos intermediários sobre a estrutura partidária, porém, temos no caso do PSDB uma sazonalidade maior de suas reuniões, com ela atuando apenas na definição das metas e das atividades a serem realizadas por suas Executivas. No PT, já temos um controle maior de seu órgão

---

<sup>111</sup>Van Biezen (1998).

<sup>112</sup>O Instituto Teotônio Vilela (PSDB) e Perseu Abramo (PT) possuem estatutos e identidades jurídicas próprias e atuam como órgãos de cooperação dos partidos.

<sup>113</sup>PSDB (2007); PT (2007).

<sup>114</sup>Para Panebianco (2005) a ideologia além de ser um incentivo coletivo fundamental, possui outra função extremamente importante para as legendas que é encobrir a distribuição dos incentivos seletivos.

intermediário sobre seu órgão diretor, com ele atuando apenas na execução de suas deliberações.

A centralidade ocorre também pela baixa participação dos membros no interior das legendas – com ela ocorrendo principalmente nos períodos eleitorais e quando convocados. A ideologia é um importante meio de cooptação de membros por parte do organismo intermediário a partir da aproximação dos filiados através de suas atividades e ideais.

#### **5.4 Articulação geral**

A partir dessas considerações foi construído um índice para medir a força da articulação geral nas duas legendas. Esse índice leva em consideração três fatores: 1) Complexidade organizativa; 2) Função da legenda e; 3) Organismo dominante. Como forma de quantificar estabelecemos pesos a esses indicadores da seguinte maneira:

- 1) Complexidade organizativa: A partir da estrutura definida pela LOPP pré-1995 demos um ponto para cada partido e um ponto para órgão de deliberação, direção ou de integração que os partidos adicionem ao modelo básico definido pela lei.
- 2) Função: Os partidos podem possuir uma grande variedade de funções – como organizar o regime representativo, representação de interesses sociais ou de grupos específicos, eleitorais, etc. – a partir das entrevistas em profundidade analisamos as principais funções dos dois partidos e definimos o peso da seguinte forma: a) Um ponto para funções basicamente eleitorais e processuais e; b) Dois pontos quando também temos funções representativas.
- 3) Organismo dominante: Uma organização baseada em seus órgãos de integração possui segundo a literatura<sup>115</sup> uma articulação mais forte, sendo seguida, pela do órgão intermediário e por fim pelo órgão diretor, assim demos três pontos para a mais forte, dois para a intermediária e um para a mais fraca.

---

<sup>115</sup>Duverger, 1980.

TABELA 1 - Índice de articulação geral

Indicador	PSDB	PT
Complexidade organizativa	3	4
Função da legenda	1	2
Organismo dominante	2	2
Total	6	8

Fonte: Elaboração do autor.

A partir do índice, podemos considerar que o PT é mais fortemente articulado do que o PSDB. Isso é evidenciado em dois dos três indicadores estipulados para a medição: complexidade organizativa e função da legenda.

Ao surgir externamente, o PT – segundo a literatura – deve possuir uma estrutura que possibilite a participação de sua base no seu interior. O PT forma essa estrutura a partir de três fatores: a) Organização de núcleos de base e setoriais; b) Meios de consulta aos membros<sup>116</sup> e; c) Participação dos filiados nos órgãos deliberativos.

Formalmente essa organização busca fazer com que haja grande participação de seus membros na vida partidária, porém, como apontaram seus dirigentes, essa participação é baixa e a ação de base ocorre principalmente nos setoriais, com as formas de consulta sendo muito pouco utilizadas.

O PSDB encontra um cenário parecido, com a organização formal estabelecendo diversos canais de contato com a sociedade e com baixa participação dos membros em seu interior. Há nesse ponto uma aproximação entre os dois partidos – apesar de poder haver diferença na força da relação bases/partidos entre eles – pois, ambos constroem canais formais para a participação dos membros e sua integração com a sociedade e estes se mostram esvaziados, esse fenômeno não se mostra exclusivo dos partidos brasileiros, mas de partidos também de países com partidos mais institucionalizados<sup>117</sup>.

<sup>116</sup>Ao todo o partido em seu estatuto estabelece quatro tipos de formas de consulta: consultas, plebiscitos, prévias e referendo.

<sup>117</sup>Dalton, 2000.

A maior complexidade da organização petista vem dos grupos que compõem o interior do partido. Mais importante do que saber o sentido da origem, é sabermos quais são os atores que a formaram. O PT foi formado por diversos grupos que tinham na luta contra a ditadura o seu ponto comum, apesar de haver um centro – o grupo sindicalista – que uniu esses atores, há busca de representar ou dar voz a eles, para atingir isso o partido constrói uma estrutura complexa onde sua participação dos movimentos sociais tenha influência na sua organização. Mesmo com a reforma estatutária decorrente da nova legislação, nota-se que o estatuto petista tem uma grande preocupação na construção de canais entre o partido e suas bases e com os movimentos populares.

No PSDB, há uma complexidade maior do que a prevista pela legislação que regulou sua formação e estruturação, com a construção de organismos de base que buscam integrar o partido a sociedade. Há menos instâncias formais de interação com a sociedade do que no PT, porém, a partir das entrevistas, vimos que ambos focam sua ação social através de grupos específicos.

Outro ponto de diferenciação da articulação entre os dois partidos reside na principal função que os seus dirigentes lhe atribuem.

No PSDB temos a predominância das funções processuais em detrimento das representativas. Isso é explicado devido a dois fatores:

- 1) Para Roma (2002) o partido não conseguiu constituir canais efetivos com os movimentos sociais no momento de sua origem. Isso ocorreu pela ocupação prévia desses espaços por outros partidos e organizações.
- 2) O seu sucesso eleitoral precoce: O partido buscou desde o seu processo fundacional disputar e ganhar eleições, atingindo esse objetivo em uma fase muito recente de sua existência. Isso causou um enfraquecimento do partido em relação as suas bases para obtenção de recursos e uma aproximação com o Estado muito cedo na sua história.

A sua origem interna ao parlamento pode explicar em parte a sua orientação para disputas eleitorais<sup>118</sup>, porém, mais que o local da origem deve-se olhar para os objetivos iniciais de seu grupo fundador. Ao acelerar a fundação do partido para que ele concorresse às eleições de 1988 e lançar candidato a presidente nas eleições do ano seguinte, o PSDB teve desde o seu início essa orientação, muito devido ao capital político de muitos de seus membros fundadores.

O PT, ao contrário, tem entre seus objetivos iniciais a representação de grupos exteriores ao jogo político. Com seu desenvolvimento, o partido passa a também a buscar o ganho eleitoral como forma de implementação de seu programa.

---

<sup>118</sup>Esse tipo de origem pode produzir partidos com canais junto à sociedade e aos movimentos populares, caso seus fundadores tenham contato prévio com esses movimentos.

O ganho de eleições também passa a ser uma importante fonte de recursos para os dois partidos. Ao ter um bom desempenho eleitoral há um aumento dos valores distribuídos pelo fundo partidário à organização e também de contribuições de membros que ocupam cargos nos governos, além, de ganhos em termos de *staff* partidário ao fornecer funcionários que auxiliam nas atividades partidárias. Portanto, ao disputar e ganhar eleições, os partidos retiram na arena governamental importantes recursos para a sua sobrevivência e manutenção.

Por fim, em relação à dominância de seus Diretórios sobre os outros organismos de base. Temos as principais funções dos partidos concentradas em suas cúpulas, com os Diretórios tendo papel importante em ambos os partidos, mas dividindo funções com outros órgãos – como a formação de membros com os institutos de pesquisa.

## **5.5 Função partidária**

Até o momento nossa discussão se centrou em análise sobre as funções processuais de ambos os partidos, porém, é necessário também compreendermos quais as funções que eles possuem e se atribuem. Essa discussão é importante para classificarmos as legendas em relação às tipologias estudadas, com as funções de integração e formação sendo características do modelo de massas e a organização em termos eleitorais referentes às outras três tipologias (quadros, *catch-all* e cartel).

Nesse subcapítulo, ao contrário, dos demais iniciaremos a discussão a partir da análise das entrevistas em profundidade para após examinarmos os estatutos partidários. Isso se deve ao fato que seus estatutos tratam basicamente de discussões processuais sobre suas atividades e através das entrevistas podemos compreender melhor como os partidos atuam e aonde focam sua atuação.

Ao perguntarmos aos dirigentes de ambos os partidos qual a principal função da organização tivemos uma homogeneidade dos membros das duas legendas. No PSDB temos como principal papel da instituição apontado pelos dirigentes à apresentação de propostas e programas em um regime democrático. No PT, já temos uma questão mais homogênea de representação de grupos específicos – no caso os trabalhadores – e de outros que não se encontram representados na arena política.

“Como todo partido, disputa eleições, como todo o partido tem uma vida interna. Propõe e debate os grandes temas que envolvem a vida na sociedade e tem seus princípios e suas diretrizes conforme o estatuto, conforme a organização interna dele, então ele tem muito claramente definido qual é a postura ideológica do partido e em cima disso produz ideias, produz discussão e tenta através das eleições fazer com que esse jeito de pensar política se torne hegemônico, que é a finalidade de todo e qualquer partido”. (Dirigente PSDB Sul, 01/06/2010).

“No Estado democrático republicano: um partido é aglomeração de pessoas que tem uma concepção da conjuntura (...). O PT é um partido socialista, ele tem como seu papel construir o socialismo, esse é o programa partidário. Pra isso nós participamos dos movimentos sociais, sindicato, movimentos populares, dos sem terra e do campo institucional que é o processo eleitoral.” (Dirigente PT Sul, 06/2010).

As diferenças entre os dois partidos ilustrada nessa questão mostra o efeito que seus primeiros objetivos ainda possuem em seu interior.

O PSDB guarda em sua estrutura uma ação mais pragmática, voltada basicamente a disputa eleitoral, essa desde a sua fundação constituiu a sua principal ação com a legenda não possuindo outras atividades com força em seu interior que não sejam a organização com vista à disputa eleitoral.

O PT mantém também influência das primeiras escolhas de seus dirigentes, ao ter uma função que mistura a representação de interesses de grupos específicos com disputa eleitoral. A representação atua como uma forma de incentivo coletivo aos seus membros (e da população), ao manter visível a seus olhos os primeiros objetivos da legenda – que seria a representação de diversos segmentos da sociedade que não se encontram representados politicamente – e também a ideologia partidária. A face eleitoral, também ganha destaque com o desenvolvimento do partido e o crescimento do número de cargos eletivos ganhos pelo partido, aumentando assim a sua importância no interior da instituição.

Até o momento, vimos que os dois partidos mantém em seu interior seus objetivos iniciais – representação de segmentos específicos no caso do PT e um amplo leque de representação no caso do PSDB – e identificam funções diferentes em seu interior, mas com as eleições tendo um papel importante para as legendas.

Para vermos quão importante para os partidos o ganho eleitoral é, fizemos a seguinte pergunta para seus dirigentes: *Qual a importância de ganhar eleições para o partido?*

Há uma visão geral entre os dois partidos que o ganho nas eleições (em todos os níveis) é importante para a realização de seus programas de governos e os interesses dos grupos por eles representados.

“Partido realiza os projetos ganhando as eleições parlamentares e ou Executivas. Os programas são implantados a partir das eleições ou dos projetos”. (Dirigente PSDB Sudeste, 11/2010).

“De alcançar o objetivo de chegar ao poder constituído para executar todas as nossas reivindicações, outrora não atendida pelos antecessores, e fazer do poder o instrumento de transformação da sociedade.” (Dirigente PT Sudeste).

O ganho eleitoral não se resume apenas a implementação de seus programas, mas também a obtenção de recursos para os partidos. Como vimos na corrente contemporânea, os partidos se afastam da sociedade também por causa de benefícios fornecidos pelo Estado que seriam basicamente recursos de *staff* e financeiros. O enfraquecimento da relação com a sociedade – e conseqüentemente com suas bases – causa diminuição da representação social dos partidos, pois os recursos fundamentais para a sua sobrevivência não mais adquiridos junto a eles, mas sim junto aos governos e de suas atividades eleitorais.

O primeiro tipo foi trabalhado na discussão acerca dos organismos de bases das legendas, já o segundo se mostra importante para entendermos o tipo de função que os partidos se atribuem.

Em relação à obtenção de recursos financeiros temos um importante ponto de diferenciação entre os dois partidos. O PT possui mais canais de obtenção de recursos para suas atividades do que o PSDB, isso se deve ao modelo de massas adotado pelo partido em seus primeiros anos com o partido focando o fortalecimento da militância e sua representação do que participar dos governos, isso gera para a teoria clássica um aumento dos laços entre a organização partidária e seus membros, pois estes se tornam responsáveis por sua sobrevivência. Com o seu desenvolvimento e por conseqüência o seu crescimento eleitoral, essa relação enfraquece, mas continua existindo em seu interior como um importante meio de financiar suas atividades, porém, perdendo espaço para os recursos estatais. Nesta questão reside uma aproximação com o PSDB, pois as rendas provenientes dos governos passam a ocupar um papel de destaque em seu interior.

“Todo dinheiro que entra para o partido é importante. Agora nós temos o fundo partidário e nós temos a contribuição. A contribuição ela se dá de todos os filiados. Todos os filiados pagam uma taxa (...) todos os filiados normais, aqueles que não têm mandato pagam uma taxa única de quinze reais por ano. Os parlamentares, vereadores, deputados estaduais e federais, senadores ou então prefeitos, vice-prefeitos, governadores ou presidente da república (...) nós pagamos um percentual de nossos salários ao partido.” (Dirigente PT Sul, 06/2010).

“Pequena parte do fundo partidário. Principal maneira vem das contribuições dos parlamentares ou daqueles que exercem cargo de confiança.” (Dirigente PT Nordeste).

“Não se tem no PSDB o hábito da contribuição dos filiados.” (Dirigente PSDB Sudeste).

As atividades do PSDB são financiadas basicamente por sua relação com a arena governativa<sup>119</sup>, seja através de transferências diretas – no caso, o fundo partidário – ou de contribuições obrigatórias de seus parlamentares. Essa modalidade de financiamento causa um enfraquecimento da legenda com suas bases, pois o partido não necessita delas para garantir a sua sobrevivência.

O PT tem na contribuição de seus membros a forma de contribuição básica e regular de suas atividades, com sua importância diminuindo quando a legenda possui um grande desempenho nas eleições e conseqüentemente obtendo maior financiamento da esfera estatal.

Temos aqui um cenário onde o PT consegue obter importantes recursos para a sua sobrevivência através de sua atuação junto às bases e complementa esses recursos com sua atuação governamental, não dependendo apenas de uma fonte de receita para sobreviver.

O PSDB se constitui como partido ao disputar eleições, essa função é básica de todos os partidos, pois eles se diferenciam de outras organizações pela exclusividade de sua ação na arena eleitoral, porém, a organização tucana tem uma baixa função representativa por causa de seus fortes laços com os organismos governamentais para obtenção de recursos.

O relato de seus dirigentes é importante para compreendermos como os partidos se financiam as suas atividades através de suas funções – seja representativa ou eleitoral – mas qual o volume das rendas estatais distribuídas a eles? E como eles taxam as contribuições de seus membros com o mandato?

---

<sup>119</sup>Segundo seus dirigentes há também contribuições espontâneas de seus filiados, porém, estas não ocorrem de forma regular.

Conforme relatado por seus dirigentes o PT, tem na contribuição de seus membros a sua forma básica de financiamento. O partido estabelece em seu estatuto uma tabela de contribuições de seus membros.

TABELA 2 – CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS – PT

	Valor
Até três salários mínimos	R\$ 15,00
Acima de três até seis salários mínimos	0,5% do salário líquido mensal
Acima de seis salários mínimos	1% do salário líquido mensal

Fonte: Elaboração do autor com base em PT (2007).

A partir dos dados Tabela 2, temos uma aproximação da organização petista dos partidos de massas, isso ocorre pela modalidade de financiamento interno de suas atividades através de todos filiados. A sua força se deve aos primeiros anos da legenda, aonde o partido tinha na sua função eleitoral um aspecto secundário em relação a sua base<sup>120</sup> e conseqüentemente a legenda dependência mais desses recursos para financiar suas atividades.

Com o seu desenvolvimento temos que há um aumento do número de parlamentares e aumento do financiamento por parte de sua esfera governativa – através de suas contribuições e do aumento dos recursos do fundo partidário para a legenda – porém, em seu estatuto não se encontra presente a porcentagem de seus rendimentos que devem ser repassada a legenda.

No PSDB não temos a obrigatoriedade da contribuição de seus membros sem cargos eletivos, apenas dos possuidores destes.

---

<sup>120</sup>Para maiores informações consultar Meneguello (1989).

TABELA 3 – CONTRIBUIÇÕES DE OCUPANTES DE CARGOS ELETIVOS – PSDB

Cargo	Repasse
Vereador	3% de sua remuneração bruta
Parlamentares do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas	3% de seu subsídio fixo para a esfera de sua atuação e 2% ao Diretório de origem
Majoritários	3% de sua remuneração bruta

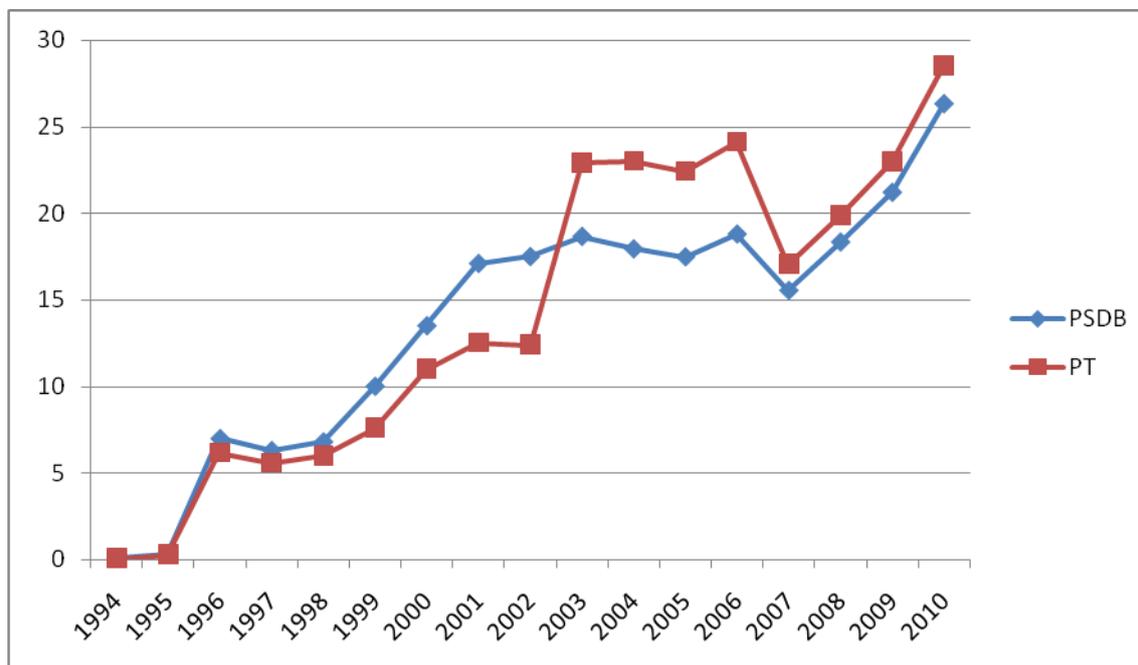
Fonte: Elaboração do autor com base em PSDB (2007).

Nesse ponto o destaque vai para a divisão dos recursos entre as esferas de atuação dos parlamentares e a sua de origem. Essa forma busca complementar as receitas das esferas de origens através de mais uma fonte de receita.

Para além dos recursos recebidos por seus membros com mandato – e no caso do PT dos filiados sem cargos eletivos – é importante discutir a importância do fundo partidário para os partidos.

Na utilização do fundo partidário reside a principal diferença entre as partes locais e a nacional dos partidos, com as partes locais tendo pouco acesso a esse tipo de receita, com sua concentração na esfera nacional. Esse tipo de recursos guarda uma estreita relação com sua função eleitoral, pois a sua definição é dada pelo tamanho da bancada do partido no Congresso Nacional, ou seja, quanto mais parlamentares o partido elege, mais recursos ele possui dessa fonte.

GRÁFICO 1 – RECURSOS DO FUNDO PARTIDÁRIO<sup>121</sup> – PT E PSDB



Fonte: Elaboração do autor com base em TSE (2011).

A partir do gráfico acima vemos que ao longo dos últimos dezesseis anos há um crescimento exponencial dos recursos distribuídos aos dois partidos, passando de um pouco mais de cinquenta mil para cada em 1994 para quase trinta milhões em 2010. Com destaque para o ano de 2003, aonde temos uma inversão entre os dois partidos decorrentes do desempenho nas eleições nacionais do ano anterior, que resultou no aumento da representatividade do PT em relação ao PSDB, fato que ocorreu nos anos anteriores.

Esse grande aumento das receitas se liga a uma questão levantada por Peter Mair (1994): Os partidos se tornam dependentes dos recursos estatais ou deles mesmos? Essa pergunta é relevante, pois são os próprios partidos que regulamentam a forma e a quantia que o fundo partidário deve distribuir, portanto, eles mesmos regulam a obtenção de um importante recurso para sua sobrevivência.

A partir das discussões realizadas nesse subcapítulo vimos que os dois partidos possuem funções distintas e se relacionam também de maneira diferente com o ambiente.

O PSDB tem como sua função principal a disputa eleitoral e partir dela o partido consegue manter as atividades realizadas por seus Diretórios, pois sua principal fonte de receita vem de sua relação com o Estado. Isso é um sinal de baixa institucionalização do

<sup>121</sup> Em milhões de reais.

partido, pois suas fontes regulares de receitas vêm apenas de sua atuação na arena governamental.

O PT possui uma função representativa forte, muito ligada aos objetivos iniciais da organização e através dela se relaciona com seus membros distribuindo incentivos coletivos para eles e através dessa identificação obtém recursos junto a eles. Porém, há um aumento de sua função eleitoral, muito através dos recursos que são distribuídos por essa atuação.

## Considerações finais

Pelo mostrado no decorrer desse trabalho, pode-se observar a diferenciação entre as organizações internas do Partido dos Trabalhadores e do Partido da Social Democracia Brasileira. Os motivos para essa diferenciação compreendem diversos fatores: a forma originária distinta, com o primeiro surgindo externamente ao parlamento através da ação de movimentos sociais e o segundo se formando internamente a partir da cisão do maior partido do Congresso Nacional na época; a relação que ambos estabelecem com a legislação partidária com os dois partidos constituindo organizações mais complexas do que a prevista; as suas funções, com o PSDB focando nas suas funções processuais e o PT em um tipo misto de funções representativas e eleitorais. Todos esses fatores se relacionam para produzir dois modelos organizacionais distintos.

No primeiro ponto pode-se constatar que a origem e a história de cada partido exerceu grande influência sobre a forma como eles se organizaram e se encontram organizados. O PT em seus primeiros anos produziu uma organização que focou em um forte relacionamento entre o partido e as bases, com os principais recursos para sua sobrevivência sendo obtidos a partir dessa relação. Para além da captação de recursos, temos que a legenda construiu uma organização que buscava englobar e dar voz a as diversidades presentes em seu interior. O PSDB, ao contrário, devido a sua origem interna fortaleceu sua parte nos governos em detrimento do seu centro partidário causando um baixo laço entre a organização e seus membros.

No segundo caso temos uma diferenciação, mas também uma aproximação entre os dois partidos. As diferenças residem na maior complexidade da legenda petista nos seus órgãos de deliberação e de contato com a sociedade, sendo essa formação para seus documentos<sup>122</sup> uma forma de resposta do partido para a rigidez da legislação pré-1994 e de buscar uma maior inserção do partido na sociedade, através de seus núcleos de base, setoriais e secretarias. O PSDB, também estabelece novidades em relação à LOPP que é a formação de seus órgãos de contato com a sociedade, com estes atuando junto a grupos específicos. A aproximação entre eles ocorre pelo estabelecimento de um desenho institucional comum que a legislação que regulou as formações estabelecia a todos os partidos. Esse desenho comum produzirá a centralidade de seus órgãos intermediários – Diretórios – sobre os demais organismos. Essa centralidade é evidenciada por três fatores: fraca participação dos membros em seus interiores, ela se resume basicamente a participar quando convocado pela direção, participação de alguns membros no em seu interior; pela

---

<sup>122</sup>PT, 1999.

organização e manutenção das atividades partidárias sendo concentrada nos membros dos Diretórios.

No caso da centralidade dos Diretórios é necessário fazer uma ressalva. Apesar de ambos os partidos possuírem essa característica, ela se mostra mais forte para o PT, pois seus órgãos intermediários se mostram mais atuantes através de reuniões mais frequentes do que as do PSDB.

O último fator – função do partido – novamente guarda diferenças e semelhanças entre as duas legendas. O PT busca inicialmente a representação de grupos que não se encontram representados na arena política e a partir de sua relação com eles obtém importantes recursos – financeiros e pessoais – para a manutenção de sua organização. Com o desenvolvimento da organização temos um aumento de suas funções processuais e por consequência, o aumento dos recursos obtidos por essa ação. O PSDB tem em sua função eleitoral a principal fonte de receitas para a organização, o partido conta com poucas contribuições de seus filiados sem mandato para a sua sobrevivência, sendo o financiamento por parte da contribuição dos seus membros com mandatos eletivos e de transferências diretas através do fundo partidário. Nesse ponto, temos uma aproximação entre os dois partidos no sentido que suas partes nos governos possuem grande importância em seu interior como uma importante fonte de financiamento das ações das legendas.

A partir das considerações expostas acima, também podemos compara-los a luz de algumas tipologias partidárias. Não é possível encaixá-los em apenas uma delas citadas no referencial teórico, mas sim como um modelo misto, onde há uma aproximação com o *catch-all* e massas no caso petista. Isso se deve ao conflito que temos em seu interior entre a representação de interesses específicos com financiamento interno (massas) e o aumento do pragmatismo causado pelo aumento de suas funções eleitorais e a diminuição da participação dos membros em seu interior. O PSDB através de sua fraqueza organizacional<sup>123</sup> e da sua origem interna ao parlamento pode ser classificado como um partido de quadros, porém, essa classificação se mostra equivocada, pois o partido não tem na atração de membros que financiem as suas atividades a sua principal atividade, mas sim uma ação mais pragmática voltada ao sucesso eleitoral como meio de manutenção organizativo, sendo mais correto classifica-lo como um partido *catch-all* ou cartel. Nessa última tipologia, se faz necessária uma observação importante, a cartelização ocorre junto ao sistema partidário através do seu “fechamento” a novos atores<sup>124</sup> e a importância que a

---

<sup>123</sup>Roma, 2002.

<sup>124</sup>Em relação a esse ponto vimos que a legislação sobre a formação de novos partidos e a distribuição do fundo partidário atua nesse sentido.

ocupação de cargos junto aos governos passa a ter para suas estruturas, não podendo ser utilizada apenas para casos individuais<sup>125</sup>.

Enfim, é possível afirmar que ambos os partidos distanciam suas organizações a partir de seus objetivos iniciais, com o PT construindo uma organização mais complexa que busca englobar os diversos grupos em seu interior e interagir com a sociedade. O PSDB também busca essa interação através de seus organismos, porém de maneira menos complexa. Para além dessa diferenciação há também uma aproximação de suas estruturas pela legislação partidária que regulou as suas origens, lhes conferindo um desenho institucional comum e o aumento de suas funções processuais devido ao montante de recursos distribuídos pelo Estado e por suas partes nos governos que se tornam fundamentais para as suas sobrevivências. Podemos então, considerar que o PT possui uma articulação mais forte do que o PSDB, porém, esta não é tão forte quanto o referencial teórico previa por causa do aumento de suas funções processuais.

---

<sup>125</sup>Blyth e Katz, 2005.

## Referências bibliográficas

ABRANCHES, S. Presidencialismo de coalizão: dilema institucional brasileiro. *In*: TAVARES, A.G. (Org.). O sistema partidário na consolidação brasileira. Brasília: Fundação Teotônio Vilela, 2003.

AMARAL, O. A estrela não é mais vermelha. São Paulo: Editora Garçonni, 2003.

AMES, B. Os entraves da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AMORIM NETO, O. Presidencialismo e governabilidade nas Américas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 3ª Edição. Lisboa: Edições 70, 2002.

BLYTH, M. e KATZ, R. From catch-all politics to cartelization: The political economy of the cartel party. *West European Politics*. Vol. 28, n.1, pp. 33-60, 2005.

BOLLEYER, N. Inside the cartel party: Party organization in government and opposition. *Political Studies*. Vol.57, n.3, pp. 559-579, 2009.

BRAGA, M.S.S. O processo partidário-eleitoral brasileiro: Padrões de competição política (1982-2002). São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2006.

CAMPELLO DE SOUZA, M.C. Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964). 3ª Edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

CHACON, V. História dos partidos brasileiros: Discurso e práxis dos seus programas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

DALTON, R. The decline of party identifications. *In*: DALTON, R. e WATTENBER, M (Orgs.). Parties without partisans: Political change in advanced industrial democracies. Oxford: Oxford University Press, 2000.

DALTON, R., MACALLISTER, I e WATTENBERG, M. The consequences of partisan dealignment. *In: DALTON, R. e WATTENBER, M (Orgs.). Parties without partisans: Political change in advanced industrial democracies. Oxford: Oxford University Press, 2000.*

DOWNS, A. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

DUVERGER, M. Caucus and branch, cadre parties and mass parties. *In: MAIR, P. (Org.). The west European party system. Oxford: Oxford University Press, 1990.*

\_\_\_\_\_. Os partidos políticos. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar/UNB, 1980.

FARREL, D. e WEBB, P. Political parties as campaign organizations. *In: DALTON, R. e WATTENBER, M (Orgs.). Parties without partisans: Political change in advanced industrial democracies. Oxford: Oxford University Press, 2000.*

FIGUEIREDO, A. e LIMONGI, F. Executivo e legislativo na nova ordem constitucional. Rio de Janeiro: Editora FGV/FAPESP, 1999.

FLEISCHER, D. e MARQUES, J. De facção a partido: a fundação e evolução do PSDB, 1987-1998. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

FURTADO, O.H.P. Trajetos e perspectivas social-democratas: Do modelo europeu para o PSDB e o PT do Brasil. Dissertação de mestrado apresentada junto ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 1996.

HOPKIN, J. The emergence and convergence of the cartel party: parties, state and economy in Southern Europe. Paper prepared for panel on "The new political economy of European political parties" at the Conference of Europeanists, Chicago, 2002.

KATZ, R. e MAIR, P. The cartel party thesis: A restatement. *Perspectives on politics*, 7, pp. 753-766, 2009.

KECK, M. PT: A lógica da diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia. São Paulo: Editora Ática, 1991.

KINZO, M.D. Oposição e autoritarismo: Gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, 1988.

\_\_\_\_\_. Radiografia do quadro partidário brasileiro. São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

KIRCHHEIMER, O. The catch-all party. *In*: MAIR, P. (Org.). The west European party system. Oxford: Oxford University Press, 1990.

KLINGEMANN, H.D., HOFFERBERT, R.I. e BUDGE, I. Parties, policies and democracy. Boulder: Westview Press, 1994.

LAMOUNIER, B. Partidos e utopias: O Brasil no limiar dos anos 90. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R. Partidos políticos e consolidação democrática: O caso brasileiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

LAPALOMBARA, J. e WEINER, M. The origin of political parties. *In*: MAIR, P. (Org.). The west European party system. Oxford: Oxford University Press, 1990.

LAVAREDA, A. A democracia nas urnas: O processo partidário eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1991.

LIMA JUNIOR, O.B. O sistema partidário brasileiro, 1945-1962. *In*: FLEISCHER, D. (Org.). Os partidos políticos no Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v.1, 1981.

MACPHERSON, C.B. A democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MAINWARING, S. Sistemas partidários em novas democracias: O caso brasileiro. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, vol.167, pp. 277-293, 2003.

\_\_\_\_\_. Party organizations: From civil society to the State. *In*: KATZ, R. e MAIR, P. (eds.). How parties organize: Change and adaptation. London: Sage Publications, 1994.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.29, pp. 5-34, 1995.

MENEGUELLO, R. PT: A formação de um partido, 1979-1982. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

NEUMANN, S. The party of democratic integration. *In: MAIR, P. (Org.). The west European party system*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

PANEBIANCO, A. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POWER, T. The third way in the third world: Theoretical considerations and a case of study of Cardoso's PSDB in Brazil. *World Congress of the International Political Science Association*, Quebec City, 2000.

ROBERTSON, D. *A theory of party competition*. London, New York: J. Wiley, 1976.

ROMA, C. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.17, n.49, pp. 71-92, 2002.

\_\_\_\_\_. Organizaciones de partido en Brazil: El PT y el PSDB bajo perspectiva comparada. *América Latina Hoy*, v.44, pp. 153-184, 2006.

\_\_\_\_\_. Pragmatismo e ideologia: Analisando as decisões das lideranças do PSDB. *In: TELLES, H.S. e LUCAS, J.I (Orgs.). Das urnas às ruas: partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo*. Caxias do Sul: Editora Caxias do Sul, 2003.

SANCHEZ, R.C. *De volta ao começo! Raízes de um PSDB militantes que nasceu na oposição*. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

SANTOS, F. *O poder legislativo no presidencialismo de coalizão*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

SARTI, I. Representação e a questão democrática contemporânea: O mal estar dos partidos socialistas. Tese de doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 1998.

SARTORI, G. Partidos e sistemas partidários. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SCARROW, S. Parties without members? Party organization in changing electoral environment. *In*: DALTON, R. e WATTENBER, M (Orgs.). Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SCHMITT, R. Partidos políticos no Brasil (1945-2000). Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCHUMPETER, J. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SEILER, D.L. Os partidos políticos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SOARES, G.A.D. A democracia interrompida. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

TAVARES, J.A.G. (Org.). O que esperar da social democracia no Brasil? Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

TAROUCO, G. Os partidos e a constituição: ênfases programáticas e propostas de emenda. Tese de doutorado apresentada ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 2007.

VEIGA, L. e GONDIM, S.M.G. A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político. *Opinião Pública*, vol. 7, n. 1, pp. 1-15, 2001.

WOLINETZ, S. Beyond the catch-all party: Approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies. *In*: LINZ, J., MONTERO, J.R. e GUNTHER, R. (eds.). The future of political parties. Oxford: Oxford University Press, pp. 136-165, 2002.

VAN BIEZEN, I. Sobre o equilíbrio interno do poder: As organizações partidárias nas novas democracias. *Análise Social*, vol.148, pp.685-708, 1998.

## **DOCUMENTOS CONSULTADOS**

FUNDO PARTIDÁRIO. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/index.html>>. Acesso em: 02/01/2011.

ESTATUTO DO PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. Edição. Brasília, 2007.

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES. Edição. Brasília, 2007.

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. Atas e resoluções. Disponível em: <<http://www.psdb.org.br>>. Acesso em: 14/11/2010.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de encontros e congressos: 1979-1998. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS. Brasília: Senado Federal, 1994.

LEI ORGÂNICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS. Brasília: Senado Federal, 2010. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9096.htm>> acesso em: 07/12/2010.

## **ENTREVISTAS**

Michele Caputo Neto (Secretario geral do PSDB de Curitiba/PR) – 03/06/2010.

Dep. Est. Enio Verri (Presidente do Diretório Estadual do PT/PR) – 16/06/2010.

Rodinei Costa (Secretario de organização de setorial do PT/RJ) – 26/08/2010.

Maria de Lourdes Tavares Henriques (Secretária geral do PSDB/RJ) – 19/11/2010.

Francisco Celso Crisóstomo Secundino (Secretario geral do PT/CE) – 22/11/2010.

Kamyla Castro (Secretária geral do PSDB/CE) – 18/02/2011.

## ANEXOS

### ANEXO 1 – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

- 1 – Qual é a principal função do partido?
- 2 – Quais são os componentes (órgãos) do partido? Qual a hierarquia entre esses órgãos?
- 3 – Como são recrutados os membros do Diretório e da burocracia interna? São técnicos? Filiados do partido? São remunerados?
- 4 – Como se dá a manutenção do Diretório? O fundo partidário é importante? E a contribuição dos filiados?
- 5 – Quais são as principais atividades desenvolvidas pelo Diretório?
- 6 – Como é o processo de tomada de decisão dentro do Diretório? Quantas vezes se reúnem? A decisão é tomada junto a outros atores?
- 7 – Qual o papel da Comissão Executiva?
- 8 – Qual o principal assunto tratado nas reuniões do Diretório?
- 9 – O Diretório se comunica com outros órgãos de mesma instância? Sobre o que falam?
- 10 – Qual o papel dos órgãos de integração com a sociedade?
- 11 – Qual o papel dos filiados no partido? O que eles efetivamente fazem? Qual benefício é dado para o filiado? O que eles têm que fazer para se filiar? Há alguma exigência?
- 12 – Qual o papel da ideologia? Como a ideologia pauta a ação do partido?
- 13 – E em relação aos parlamentares? Quais são os principais temas tratados com eles? Qual a frequência do contato do Diretório com eles?
- 14 – Qual a importância de ganhar as eleições para o partido?

ANEXO 2 – COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA (PT – 1980)

Nome	Estado	Ocupação
Luiz Inácio Lula da Silva	São Paulo	Sindicalista
Jacó Bittar	São Paulo	Sindicalista
José Ibrahim	São Paulo	Sindicalista
Olívio Dutra	Rio Grande do Sul	Sindicalista
Apolonio de Carvalho	Rio de Janeiro	Militante socialista
Joaquim Arnaldo	Rio de Janeiro	Sindicalista
Wanderly Farias de Souza	Paraíba	Sindicalista
Antônio Carlos	Mato Grosso do Sul	Sindicalista
Luiz Soares Dulci	Minas Gerais	Sindicalista
Domingos de Freitas Diniz Neto	Maranhão	Sindicalista
Manoel da Conceição	Maranhão	Sindicalista

Fonte: Partido dos Trabalhadores: Resoluções de encontros e congressos: 1979-1998, 1998.

### ANEXO 3 – EXECUTIVA DA COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA (PT)

Cargo	Nome	Estado
Presidente	Luiz Inácio Lula da Silva	São Paulo
Vice-presidente	Olívio Dutra	Rio Grande do Sul
Secretário geral e de organização	Jacó Bittar	São Paulo
1º Secretário e secretário de imprensa e propaganda	Antônio Carlos de Oliveira	Mato Grosso do Sul
Tesoureiro e secretário de finanças	Freitas Diniz	Maranhão

Fonte: Partido dos Trabalhadores: Resoluções de encontros e congressos: 1979-1998, 1998.

ANEXO 4 – DEPUTADOS FEDERAIS DO PSDB EM 1988.

Parlamentar	Partido de origem	Estado
Moema Correia São Thiago	PDT	Ceará
Maria de Lourdes Abadia Bastos	PFL	Distrito Federal
Jayme Manoel T. de Neiva Santana	PFL	Maranhão
Saulo Garcia Queiroz	PFL	Mato Grosso do Sul
José Oliveira Costa	PMDB	Alagoas
José Renan Vasconcelos Calheiros	PMDB	Alagoas
Virgildásio de Senna	PMDB	Bahia
Luís Carlos Sigmaringa Seixas	PMDB	Distrito Federal
Rosilda de Freitas	PMDB	Espírito Santo
Vasco Luiz de Souza	PMDB	Espírito Santo
Carlos Alberto Cotta	PMDB	Minas Gerais
Carlos Eduardo Venturelli Mosconi	PMDB	Minas Gerais
Célio de Castro	PMDB	Minas Gerais
João Pimenta da Veiga Filho	PMDB	Minas Gerais
Luiz Otávio Ziza Motta Valadares	PMDB	Minas Gerais
Mauro Fernando Orozino Campos	PMDB	Minas Gerais
Octávio Elísio Alves de Brito	PMDB	Minas Gerais
Sílvio de Andrade Abreu Júnior	PMDB	Minas Gerais
Euclides Girolamo Scalco	PMDB	Paraná
Nelton Miguel Friedrich	PMDB	Paraná
Maria Cristina de Lima Tavares Correia	PMDB	Pernambuco
Ana Maria Martins Scorzelli Rattes	PMDB	Rio de Janeiro
Paulo Artur da Távola Barros	PMDB	Rio de Janeiro
Ronaldo Cesar Coelho	PMDB	Rio de Janeiro
Hermes Zaneti	PMDB	Rio Grande do Sul

Vicente Joaquim Bogo	PMDB	Rio Grande do Sul
José Alves Vieira Guedes	PMDB	Rondônia
Francisco Kuster	PMDB	Santa Catarina
Vilson Luiz de Souza	PMDB	Santa Catarina
Antônio de Pádua Perosa	PMDB	São Paulo
Caio Sérgio Pompeu de Toledo	PMDB	São Paulo
Fábio José Feldmann	PMDB	São Paulo
Geraldo José Alckmin Filho	PMDB	São Paulo
José Carlos Grecco	PMDB	São Paulo
José Serra	PMDB	São Paulo
Koyu Iha	PMDB	São Paulo
Paulo de Tarso Tavares Filho	PMDB	São Paulo
Robson Riedel Marinho	PMDB	São Paulo
Dirce Maria Tutu do Valle Quadros	PTB	São Paulo
Elizabeth Azize	PSB	Amazonas

Fonte: Retirado de Fleischer (1999) a partir da subsecretaria de arquivo – Senado Federal

## ANEXO 5 – COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA (PSDB)

Nome	Ocupação
Mário Covas	Senador
Fernando Henrique Cardoso	Senador
Franco Montoro	Ex-governador de São Paulo
José Richa	Senador
Euclides Scalco	Deputado
Moema São Thiago	Deputada
Cristina Tavares	Deputada
Jayme Santana	Deputado
Pimenta da Veiga	Deputado
Artur da Távola	Deputado
Octávio Elísio	Deputado

Fonte: PSDB.